



GRUPO DE MODA SOMA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME n.º 10.285.590/0001-08
NIRE 33.3.0031538-1

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

DATA: 29 DE ABRIL DE 2022

HORÁRIO: 15:00 HORAS

ÍNDICE

A.	Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária	5
	Anexo I – Ata de reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de março de 2022	9
	Anexo II – Ata de reunião do Conselho Fiscal da Companhia realizada em 17 de março de 2022	16
	Anexo III - Ata de reunião do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia realizada em 17 de março de 2022	22
	Anexo IV – Item 10 do Formulário de Referência da Companhia	28
	Anexo V – Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2021	62
	Anexo VI – Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.....	67
	Anexo VII – Item 13 do Formulário de Referência da Companhia.....	76

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
COMPANHIA ABERTA

CNPJ/ME N.º 10.285.590/0001-08
NIRE 33.3.0031538-1

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE
29 DE ABRIL DE 2022

Senhores Acionistas,

A Administração da Grupo de Moda Soma S.A., sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, n.º 154, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 10.285.590/0001-08 ("Companhia") apresenta aos Senhores Acionistas a presente Proposta da Administração, contendo as informações exigidas pela Instrução n.º 481, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, que será considerada realizada na sua sede social, conforme Edital de Convocação disponibilizado no website da Companhia (www.somagrupo.com.br/investidores), no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) em 29 de março de 2022 ("AGO").

Informamos que a ordem do dia da AGO será a seguinte:

- (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, conforme Proposta da Administração datada de 29 de março de 2022;
- (iii) fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2024, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia;
- (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2024; e
- (v) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022, conforme Proposta da Administração datada de 29 de março de 2022.

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO, conforme aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2022, cuja cópia consta como Anexo I, e contaram com a manifestação favorável do Conselho Fiscal da Companhia, em reunião de 14 de março de 2022,

e do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças estatutário, em reunião realizada em 16 de março de 2022, cujas cópias constam como Anexo II e no Anexo III, respectivamente ("Proposta").

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

FABIO HERING
Presidente do Conselho de Administração

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/ME N.º 10.285.590/0001-08
NIRE 33.3.0031538-1

A. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os documentos aqui referidos foram devidamente apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia e pelo Comitê de Risco, Auditoria e Finanças estatutário e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 14 de março de 2022, 16 de março de 2022 e 17 de março de 2022.

Vale notar que Ernst & Young Auditores Independentes S.S, na qualidade de auditor independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Ademais, a Administração recomenda a V.Sas. examinar detalhadamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V.Sas. nos websites da Companhia (www.somagrupo.com.br/investidores), no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br).

De acordo com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, a Companhia informa aos Acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão previstos no Anexo IV desta Proposta.

2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

A Administração propõe a V.Sas. a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 nos termos do Anexo V desta Proposta, conforme o Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481.

3. Fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia

O Conselho de Administração da Companhia compõe-se de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (cinco) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida

a reeleição, nos termos do artigo 16 do estatuto social da Companhia e do artigo 140 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

A Administração propõe que o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2024, seja composto por 7 (sete) membros.

4. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração da Companhia propõe a seguinte chapa para composição do Conselho de Administração para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2024:

CANDIDATO	CARGO
Marcel Sapir	Presidente do Conselho de Administração
Fabio Hering	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Roberto Luiz Jatahy Gonçalves	Conselheiro
Marcello Bastos	Conselheiro
Maria Laura Tarnow	Conselheira Independente
Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho	Conselheiro Independente
Gisela Dantas Rodenburg	Conselheira Independente

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo V desta Proposta, as informações dos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos mencionados acima para o Conselho de Administração.

Conforme declarações fornecidas, os Srs. Candidatos se enquadram nos critérios de independência previstos no regulamento do Novo Mercado da B3. A administração da Companhia esclarece que os candidatos ora indicados (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram indicados, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.

A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições do estatuto social da Companhia, aos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 481 e da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 367"), sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada ("Instrução

CVM 165”), observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade.

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, nos termos do estatuto social e da regulamentação vigente, devendo encaminhar ao Conselho de Administração, juntamente com a proposta de chapa, as informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência.

- (a) Para adoção do processo de voto múltiplo: 5% (cinco por cento) do capital social total votante, em consonância com o artigo 4º da Instrução CVM 481, combinado com a Instrução CVM 165.
- (b) Para exercício da votação em separado: 10% (dez por cento) dos acionistas titulares de ações com direito a voto, em consonância com entendimento do Colegiado da CVM na reunião de 08 de novembro de 2005 (Processo CVM RJ 2005/5664).

5. Remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022.

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (notadamente Conselho de Administração e Diretoria, mas incluindo também Conselho Fiscal) para o exercício social de 2022, no montante de até R\$ 23.174.080,00 (vinte e três milhões, cento e setenta e quatro mil e oitenta reais), para o período compreendido entre janeiro de 2022 a dezembro de 2022.

Comparação entre a remuneração proposta para este exercício e a efetivamente realizada no exercício anterior.

O valor global proposto para a remuneração dos administradores para o exercício de 2022, de até R\$ 23.174.080,00 (vinte e três milhões, cento e setenta e quatro mil e oitenta reais), representa um aumento de aproximadamente 90% (noventa por cento) frente à remuneração global efetiva dos administradores no exercício de 2021. A variação reflete o reajuste da remuneração, inclusive em razão de alinhamento dos salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado, bem como o programa de remuneração baseado em ações da Companhia, e visa compatibilizar o alinhamento dos administradores com os objetivos dos acionistas e com a estratégia socioeconômica da Companhia, ao mesmo tempo que busca compensar os administradores e reconhecer e manter profissionais de alta performance. Ressalta-se que o valor proposto é, em verdade, uma alçada para fins do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que o valor efetivo das remunerações poderá ser inferior, incluindo pelo fato de que parte da remuneração prevista é variável.

Com relação à remuneração efetivamente paga no exercício de 2021, o comparativo dos valores é o seguinte:

ÓRGÃO	REMUNERAÇÃO EFETIVA EM 2021	LIMITE PROPOSTO PARA 2022	MOTIVOS DA DIFERENÇA
Diretoria	R\$ 9.764.975,26	R\$ 19.286.080,00	Ajuste proposto a partir do estudo de competitividade de remuneração dos executivos. A adequação proposta tem o objetivo de colocar os executivos na faixa de acordo com seus escopos e complexidades de atuação.
Conselho de Administração	R\$ 2.483.075,44	R\$ 3.672.000,00	Ajuste proposto a partir do estudo de competitividade de remuneração dos conselheiros. A adequação proposta tem o objetivo de colocar os conselheiros na faixa de acordo com seus escopos.
Conselho Fiscal	R\$ 101.190,00	R\$ 216.000,00	Ajuste proposto a partir do estudo de competitividade de remuneração dos conselheiros. A adequação proposta tem o objetivo de anualizar a implementação do conselho fiscal e se aproximar da faixa de mercado.
Total Global	R\$ 12.349.240,70	R\$ 23.174.080,00	-

Adicionalmente, em observância ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações do item 13 do Formulário de Referência no Anexo VI desta Proposta.

Anexo I

**Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia
realizada em 17 de março de 2022**

*(O anexo segue nas páginas seguintes)
(Restante da página intencionalmente em branco)*

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ/ME nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022**

1. Data, Horário e Local: 17 de março de 2022, às 14h00, por videoconferência, considerada realizada na sede do Grupo de Moda SOMA S.A. (“Companhia”), nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. A reunião também contou com a presença dos Srs. Gabriel Lobo e Rodrigo Martins, como executivos da Companhia, e do Sr. Wilson Moraes, como representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Presente, ainda, o Sr. Luiz Claudio Fontes, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia.

3. Mesa: Presidente: Fabio Hering; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas.

4. Ordem do Dia: Discutir e deliberar acerca das seguintes matérias:

4.1 aprovar a emissão e publicação, na forma da lei, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes da Companhia e do Relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças estatutário, ambos favoráveis e sem ressalvas, bem como a sua submissão à aprovação da Assembleia Geral;

4.2 consignar o lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e aprovar a proposta a ser submetida aos acionistas da Companhia quanto à destinação do resultado do exercício social de 2021;

4.3 aprovar a renovação da contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis.

5. Deliberações: após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas:

4.1. aprovar a emissão e publicação, na forma da lei, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes da Companhia e do Relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças estatutário, ambos favoráveis e sem ressalvas, bem como a sua submissão à aprovação da Assembleia Geral.

4.2. consignar que a Companhia apurou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, lucro líquido no valor de R\$ 299.790.375,72 (duzentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), tendo os membros do Conselho de Administração aprovado a seguinte a proposta a ser submetida aos acionistas da Companhia quanto à destinação do resultado do exercício social de 2021: (i) montante de R\$ 14.989.518,79 (quatorze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e dezoito reais e setenta e nove centavos) será destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; e (ii) o restante do lucro, no montante de R\$ 284.800.856,93 (duzentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos), será destinado à (a) distribuição de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 71.200.214,23 (setenta e um milhões, duzentos mil, duzentos e quatorze reais e vinte e três centavos), considerando o previsto no Estatuto Social; e (b) formação de reserva para investimentos e capital de giro, prevista no art. 34 do Estatuto Social, no montante de R\$ 213.600.642,70 (duzentos e treze milhões, seiscentos mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).

4.3. aprovar a renovação da contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis pelo período iniciado no segundo semestre do exercício social de 2022 e até o encerramento do primeiro trimestre do exercício social de 2025, autorizando a Diretoria a adotar as medidas necessárias para a contratação. Foi consignado que a proposta ora aprovada foi previamente apreciada pelo Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia, que opinou favoravelmente à renovação da contratação da EY.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2022.

Mesa:  Signed by:

Fabio Hering

6362

Fabio Hering
Presidente

 Signed by:

Fernanda Freitas

7048

Fernanda Lessa Barreto de Freitas
Secretária

Conselheiros:  Signed by:

Fabio Hering

6362

Fabio Hering

 Signed by:

Marcello Ribeiro Bastos

6789

Marcello Ribeiro Bastos

 Signed by:

Rachel Maia

7658

Rachel de Oliveira Maia

 Signed by:

Edison Ticle

6784

Edison Ticle de Andrade

 Signed by:

Haroldo Luiz Rodrigues Filho

9680

Haroldo Luiz Rodrigues Filho

 Signed by:

Roberto Jatahy

6790

Roberto Luiz Jatahy Gonçalves

 Signed by:

Marcel Sapir

6785

Marcel Sapir

 Signed by:

Maria Laura P Santos Tarnow

6786

Maria Laura Tarnow

 Signed by:

Igor Chalhuh De Abreu Lima

10712

Igor Chalhuh de Abreu Lima

GMS - RCA - Aprovação DFs final.doc

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: DD90C-7EF62-DD4C6



Solicitação de assinatura iniciada por: Fernanda F. em 20/03/2022

Assinaturas



Marcello Ribeiro Bastos
Assinou Eletronicamente



6789

Assinou em: 28 de março de 2022, 17:59:42 | E-mail: mar*****@fa***** | Endereço de IP: 247.68.237.227 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.26) | Celular: *****1905



Marcel Sapir
Assinou Eletronicamente



6785

Assinou em: 27 de março de 2022, 17:10:00 | E-mail: msa***@co***** | Endereço de IP: 179.218.18.244 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.26), iOS | Celular: *****9586



Fabio Hering
Assinou Eletronicamente



6362

Assinou em: 20 de março de 2022, 22:52:47 | E-mail: fab*****@ci***** | Endereço de IP: 241.160.235.162 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome Mobile iOS 98.0.4758.97, iOS 15.3 | Celular: *****2352



Edison Ticle
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 21 de março de 2022, 10:24:18 | E-mail: edi*****@mi***** | Endereço de IP: 177.139.245.123 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 98.0.4758.102, Windows 10 | Celular: *****0333



Haroldo Luiz Rodrigues Filho
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 28 de março de 2022, 21:32:39 | E-mail: har*****@gm***** | Endereço de IP: 200.5.38.52 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 99.0.4844.82, Windows 10 | Celular: *****8053



Fernanda Freitas
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 28 de março de 2022, 17:18:31 | E-mail: fer*****@so***** | Endereço de IP: 8.243.59.82 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 99.0.4844.51, Windows 10 | Celular: *****7562



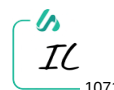
Rachel Maia
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 28 de março de 2022, 17:29:41 | E-mail: rma**@rm***** | Endereço de IP: 249.177.220.226 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 99.0.4844.82, Windows 10 | Celular: *****0110



Igor Chalhub de Abreu Lima
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 28 de março de 2022, 17:29:04 | E-mail: ich*****@op***** | Endereço de IP: 200.201.180.218 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.26) | Celular: *****0232



Roberto Jatahy
Assinou Eletronicamente


Roberto Jatahy
6790


RJ
6790

Assinou em: 21 de março de 2022, 06:33:33 | E-mail: rob****@an***** | Endereço de IP: 247.208.252.221 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.26), iOS | Celular: *****8600



Maria Laura P Santos Tarnow
Assinou Eletronicamente


Maria Laura P Santos Tarnow
6786


MT
6786

Assinou em: 22 de março de 2022, 16:23:07 | E-mail: mlt****@va***** | Endereço de IP: 179.191.103.130 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 97.0.4692.71, Mac 10.15.7 | Celular: *****8873

Anexo II

**Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Companhia
realizada em 17 de março de 2022**

(O anexo segue nas páginas seguintes)
(Restante da página intencionalmente em branco)

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ/ME nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022**

1. **Data, Hora e Local:** 17 de março de 2022, às 10h00, por videoconferência.
2. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia e do parágrafo segundo do artigo 7º do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia.
3. **Mesa:** Presidente: Luiz Claudio Fontes; e Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas.
4. **Ordem do Dia:** Examinar e emitir parecer sobre o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e respectivas Notas Explicativas, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021.
5. **Deliberações:** Iniciada a reunião, os representantes da administração presentes à reunião apresentaram e esclareceram as dúvidas dos Conselheiros com relação às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e ao Relatório Anual da Administração, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, além do Relatório dos Auditores Independentes. Após exame e discussão da matéria, os membros do Conselho Fiscal decidiram pela emissão do parecer constante do Anexo I à presente ata, pelo qual opinaram, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, bem como que os documentos referidos acima estão em condições de serem apreciados e votados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada.

*Página de assinaturas da Ata da Reunião do Conselho Fiscal
realizada em 17 de março de 2022*

Rio de Janeiro, 17 de março de 2022.

Mesa:


Luiz Claudio Fontes
9769
Luiz Claudio Fontes
Presidente


Fernanda Freitas
7048
Fernanda Lessa Barreto de Freitas
Secretária

Conselheiros:


Luiz Claudio Fontes
9769
Luiz Claudio Fontes


JOSE LUIZ DE SOUZA GURGEL
9771
José Luiz de Souza Gurgel


Vitor Hidalgo Bonafim
Vitor Hidalgo Bonafim

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ/ME nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

ANEXO I

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Grupo de Moda Soma S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo as respectivas Notas Explicativas e o Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021. Com base nas análises efetuadas e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalvas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 17 de março de 2022, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que os documentos referidos acima estão em condições de serem apreciados e votados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2022


Luiz Claudio Fontes
9769

Luiz Claudio Fontes
Presidente


Vitor Hidalgo Bonafim

Vitor Hidalgo Bonafim


JOSE LUIZ DE SOUZA GURGEL
9771

José Luiz de Souza Gurgel

GMS - RCF - Aprovação DFs final.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 71242-F4D74-2E473



Solicitação de assinatura iniciada por: Lorena L. em 21/03/2022

Assinaturas



Luiz Claudio Fontes
Assinou Eletronicamente



Luiz Claudio Fontes
9769



9769

Assinou em: 21 de março de 2022, 14:30:26 | E-mail: lui*****@rs***** | Endereço de IP: 187.92.156.170 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 99.0.4844.51, Windows 10 | Celular: *****1059



Vitor Hidalgo Bonafim
Assinou Eletronicamente



Vitor Hidalgo Bonafim
9812



9812

Assinou em: 21 de março de 2022, 14:29:11 | E-mail: vit*****@mj***** | Endereço de IP: 138.122.132.2 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Safari 15.3, Mac 10.15.7 | Celular: *****2117



JOSE LUIZ DE SOUZA GURGEL
Assinou Eletronicamente



JOSE LUIZ DE SOUZA GURGEL
9771

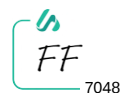


9771

Assinou em: 21 de março de 2022, 16:44:44 | E-mail: jos*****@gm***** | Endereço de IP: 177.142.54.7 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 99.0.1150.36, Windows 10 | Celular: *****9820



Fernanda Freitas
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 28 de março de 2022, 17:29:45 | E-mail: fer*****@so***** | Endereço de
IP: 200.201.176.194 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.26) |
Celular: *****7562

Anexo III

**Ata de Reunião do Comitê de Riscos, Finança e Auditoria da Companhia
realizada em 17 de março de 2022**

(O anexo segue nas páginas seguintes)
(Restante da página intencionalmente em branco)

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
CNPJ/ME nº 10.285.590/0001-08
NIRE 33.3.0031538-1

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE RISCOS, AUDITORIA E FINANÇAS
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022**

- 1. Data, Horário e Local:** 17 de março de 2022, às 12h00, por videoconferência.
- 2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Grupo de Moda SOMA S.A. (“Companhia”). A reunião também contou com a presença do Sr. Wilson Moraes, como representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como Gabriel Lobo e Rodrigo Martins, diretores da Companhia.
- 3. Mesa:** Presidente: Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas.
- 4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a recomendação, ao Conselho de Administração, sobre as Demonstrações Financeiras, respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) o Relatório Anual do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) a submissão, ao Conselho de Administração, da recomendação de renovação da contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.
- 5. Deliberações:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, e ouvidos os membros da Diretoria e o representante dos auditores independentes, os membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças deliberaram por unanimidade e sem ressalvas:
 - 5.1. Emitir o parecer que consta do Anexo I à presente ata, recomendando ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, bem como do Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes da Companhia, apresentado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, para subsequente submissão aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser convocada.
 - 5.2. Aprovar a emissão do Relatório Anual do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nos termos do art. 31-D, VI, da Resolução CVM nº 23/2021, o qual ficará arquivado na sede da Companhia e será divulgado juntamente com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de

dezembro de 2021, nos termos da regulamentação aplicável.

6. Aprovar a submissão, ao Conselho de Administração, da recomendação favorável à renovação da contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia pelo período iniciado no segundo semestre do exercício social de 2022 e até o encerramento do primeiro trimestre do exercício social de 2025.

7. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e por todos os membros do comitê presentes.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2022.


Edison Ticle
6784

Edison Ticle de A. Melo e Souza Filho
Presidente da Reunião


Fernanda Freitas
7040

Fernanda Lessa Barreto de Freitas
Secretária da Reunião

Membros:


Edison Ticle
6784

Edison Ticle de Andrade Melo e Souza
Filho


Marcel Sapir
6785

Marcel Sapir


Mauro Moreira
6791

Mauro Moreira

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ/ME nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE RISCOS, AUDITORIA E FINANÇAS

Os membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Grupo de Moda Soma S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Parecer, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da Companhia e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e por seus auditores independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, que tais documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e a sua submissão à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser convocada.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2022.

Edison Ticle
Coordenador e Membro do Comitê

Marcel Sapir
Membro do Comitê

Mauro Moreira
Membro Externo do Comitê

GMS - CRAF - Aprovação DFs final.docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: D014F-A015C-A1465



Solicitação de assinatura iniciada por: Fernanda F. em 20/03/2022

Assinaturas

**Edison Ticle**

Assinou Eletronicamente



Assinou em: 21 de março de 2022, 10:21:53 | E-mail: edi*****@mj***** | Endereço de IP: 177.139.245.123 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 98.0.4758.102, Windows 10 | Celular: *****0333

**Mauro Moreira**

Assinou Eletronicamente



Assinou em: 21 de março de 2022, 14:46:06 | E-mail: mau*****@gm***** | Endereço de IP: 251.169.243.123 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.26), iOS | Celular: *****0404

**Fernanda Freitas**

Assinou Eletronicamente



Assinou em: 28 de março de 2022, 17:24:00 | E-mail: fer*****@so***** | Endereço de IP: 8.243.59.82 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 99.0.4844.51, Windows 10 | Celular: *****7562



Marcel Sapis
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 27 de março de 2022, 17:10:58 | E-mail: msa***@co***** | Endereço de IP:
179.218.18.244 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.26), iOS |
Celular: *****9586

Anexo IV

Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia (nos termos do item 10 do Formulário de Referência ICVM nº480/09)

(art. 9º, inciso III, da ICVM nº481/09)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os diretores da Companhia apresentam neste item 10 do Formulário de Referência, informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações contábeis combinadas do Grupo Soma, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Soma, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Soma, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Vale ressaltar que a partir de julho de 2018, de abril de 2020, de março de 2021, e de setembro de 2021, a Companhia assumiu o controle da Cris Barros, da Maria Filó, da NV e da Cia. Hering, respectivamente, passando a consolidar seu balanço e seu resultado, o que impacta a comparabilidade entre os anos. Para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos ao Grupo de Moda Soma S.A., e o termo “Grupo Soma” é usado para tratar as informações combinadas de suas 12 marcas para os períodos reportados, Animale, FARM, FARM Global, Fábula, Foxton, Hering, Cris Barros, Off Premium, Maria Filó, NV, FYI, encerrada em março de 2020 e A.Brand, encerrada no terceiro trimestre de 2021.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 10.1 foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e das Informações Trimestrais – ITR referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo

prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 2021, o Grupo SOMA reportou resultados recordes, mesmo tendo operado com uma média de 76% de lojas abertas no Brasil devido a grandes restrições nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro no primeiro trimestre do ano. Nossas políticas de enfrentamento testadas em 2020 contribuíram para que tivéssemos sobretudo um trimestre com todos nossos stakeholders cobertos, e nossa operação continuada nos meios digitais. Embora desafiador, entregamos um primeiro trimestre de 2021 com expansão de margem bruta e crescimento de receita quando comparado ao mesmo período de 2020. Em abril de 2021, foi retomada a abertura do varejo físico. Apesar de ainda haver algum nível de restrição à operação, o Grupo SOMA obteve um aumento relevante da captação e da reativação de clientes que haviam parado de consumir desde o início da pandemia por apresentar um perfil menos digital. No e-commerce, a performance foi surpreendente quando comparado com o período no qual quase a totalidade das lojas estiveram fechadas.

No mês de setembro de 2021, após um followon bem sucedido, com um aumento de capital de R\$ 883,4 milhões, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a aquisição da Cia. Hering. O trimestre foi marcado pelo total alívio das restrições da pandemia, com intensa retomada dos canais físicos, ao passo que o crescimento nos canais digitais seguiu acelerado.

Sobre a performance individual de nossas marcas, nosso portfólio seguiu sua forte trajetória de crescimento, com expressiva evolução de receitas em todas as marcas, inclusive da Hering, que no 4T21 atingiu a maior receita bruta de um único trimestre de sua história. O resultado foi fruto de um importante trabalho dedicado a recuperação dos níveis de entrega no Supply Chain, por meio de esforços de avanço na reposição de postos de costura e do reforço de sourcing com produtos acabados, o que possibilitou um melhor abastecimento dos canais e o incremento do sell out.

O Grupo SOMA foi capaz de manter um elevado nível de crescimento no 4T21, devido ao alto desejo de suas marcas e à boa gestão durante os períodos mais adversos. O Grupo SOMA se apropriou das oportunidades geradas no cenário da pandemia que permitiram acelerar crescimento e ganho de market share, o que se verifica no incremento da base ativa de clientes de forma recorrente. Apesar de condições mercadológicas ainda desafiadoras, vislumbra-se um ambiente muito favorável para consolidação e ampliação da posição de liderança do Grupo SOMA no mercado de varejo de moda nacional. As metas serão perseguidas com determinação, buscando executar o crescimento orgânico de nossas marcas. Os resultados das marcas adquiridas e, da estratégia internacional e a resiliência do portfólio de marcas, demonstra que o Grupo SOMA está na direção correta.

A Companhia obteve diminuição em seus indicadores de liquidez, considerando tanto o curto prazo quanto longo prazo ao comparamos o período de 31 de dezembro de 2021 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O índice de liquidez seca da Companhia (razão entre o ativo circulante líquido de estoques pelo passivo circulante) foi de 1,5 e de 2,6 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, respectivamente. O

índice de liquidez geral da Companhia (razão entre ativo total e a soma do passivo circulante mais passivo não circulante), foi de 3,5 e de 3,1 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 0,4x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$224,0 milhões e o caixa líquido (representado pela soma dos empréstimos a pagar, do passivo circulante e não circulante, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa) era de R\$ 560,7 milhões, com um índice de alavancagem financeira negativa, (compreende a dívida (caixa) líquida dividida pelo patrimônio líquido), de 0,1x.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 0,5x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$706,8 milhões e o caixa líquido (representado pela soma dos empréstimos a pagar, do passivo circulante e não circulante, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 449,5 milhões, com um índice de alavancagem financeira negativa, (compreende o caixa líquido dividido pelo patrimônio líquido), de 0,3x. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 2,6x. O aumento do índice de endividamento total, que saiu de 1,6x em 31 de dezembro de 2018 deveu-se, principalmente: (i) à adoção do IFRS 16; e (ii) a deliberação de dividendos a pagar em 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$27,8 milhões e a dívida líquida (representada pela soma dos empréstimos a pagar, do passivo circulante e não circulante, deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 181,6 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 0,5x.

(b) Estrutura de Capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.146,1 milhões, a dívida bruta totalizava R\$ 784,7 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 224,1 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 560,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizava R\$ 1.559,1 milhões, a dívida bruta totalizava R\$ 257,3 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 706,8 milhões, resultando em um caixa líquido de R\$ 449,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido totalizava R\$ 343,1 milhões, a dívida bruta totalizada R\$ 209,4 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 27,8 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 181,6 milhões.

Os constantes resultados positivos da Companhia fizeram com que o patrimônio líquido da Companhia fosse incrementado período após período conforme demonstrado no item 10.1(a) do Formulário de Referência.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.862,3	743,3	912,8
Capital Próprio (patrimônio líquido)	7.146,1	1.559,1	343,1
Capital Total (terceiros + próprio)	10.008,4	2.302,4	1.255,9

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos. Além disso, caso necessário, a Companhia detém linhas de créditos abertas com os principais bancos do país para suprir eventuais necessidades. Os índices de liquidez geral (representado pela divisão do ativo total pelo passivo total) e de liquidez corrente (representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foram, respectivamente, de 3,5x e 2,2x. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o saldo de R\$ 784,7 milhões referente a empréstimos a pagar.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 e nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) recebíveis de cartões de crédito; (ii) duplicatas a receber; e (iii) endividamento bancário de curto e longo prazos.

Essas fontes de financiamento são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir

custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios; (ii) pagamentos de fornecedores produtivos e aluguéis; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos eram de R\$ 784,7 milhões, sendo garantidos principalmente pelas duplicatas e, em menor parte, por contas a receber de cartões de crédito.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, cláusulas restritivas (covenants) nos contratos de empréstimos vigentes, incluindo o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples (“Escritura de Debêntures”). O Índice Financeiro (covenant) da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia é calculado pela razão entre as contas de Dívida Líquida e EBITDA (conforme definido na Escritura de Debêntures), devendo ser menor ou igual a 2,0 (dois inteiros).

Consolidado (em milhões de R\$)		Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019
Capital de giro em moeda nacional e estrangeira	(a)	189,7	29,4	39,2
Debêntures	(b)	613,8	147,7	173,9
Notas Promissórias	(c)	-	82,9	-
Custos de empréstimos		(18,8)	(2,8)	(3,6)
TOTAL		784,7	257,2	209,4
Circulante		194,3	151,3	53,6
Não circulante		590,4	106,0	155,8

Abaixo apresentam-se as informações dos contratos de empréstimo e financiamentos relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(a) Essas captações são da modalidade da Lei nº 4.131 de 3 de setembro de 1962. A Companhia está protegida das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento da captação, nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original. Os swaps são apresentados no balanço patrimonial dentro da rubrica de “Derivativos”. Os encargos financeiros médios equivalem a aproximadamente 135% da taxa CDI no consolidado. O prazo das operações varia entre 12 a 24 meses.

(b) A Companhia, em 15 de agosto de 2019, emitiu a primeira debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, no montante de R\$ 170.000 mil. As debêntures têm prazo de vencimento de 4 anos contados da data de emissão. A remuneração das debêntures é de CDI + 2,20% a.a.

(c) A Companhia, em 15 de setembro de 2021, emitiu a segunda debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, no montante de R\$ 500.000 mil. As debêntures têm prazo de vencimento de 4 anos contados da data de emissão. A remuneração das debêntures é de CDI + 2,72% a.a.

(d) Em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, no montante total de R\$ 80.000 mil. Foram emitidas 40 notas promissórias com valor unitário de R\$ 2.000, sobre as quais incidem juros de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,75% ao ano. A amortização dos recursos será feita integralmente em uma única parcela na data de vencimento, em março de 2021.

A abertura por ano de vencimento é como segue:

(em milhões de R\$)

Consolidado	
Em 31 de dezembro de 2021	
2022	205,6
2023	191,5
2024 em diante	387,6
Total	784,7

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e debêntures da Companhia estão garantidos por contas a receber de duplicatas no valor de R\$ 31,3 milhões e R\$ 71,1 milhões, respectivamente.

As debêntures preveem cláusulas restritivas (covenants), no qual a dívida líquida da Companhia deve ser igual ou inferior a duas vezes o EBITDA. Os covenants devem ser medidos a cada fechamento de 31 de dezembro. A Companhia cumpriu em 31 de dezembro de 2021 os covenants estabelecidos no contrato, apresentando o indicador dívida líquida /

EBITDA igual a -0,23. Ou seja, a Companhia fechou o ano de 2021 com uma dívida líquida negativa.

(i) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

A Diretoria da Companhia esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(ii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusulas específicas de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as suas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Assim, na hipótese de concurso universal de credores, o pagamento aos credores obedece à seguinte ordem: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, (ii) créditos tributários – excetuadas as multas tributárias, (iii) créditos quirografários, (iv) multas contratuais e as (v) penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas – inclusive as multas tributárias e créditos subordinados.

(iii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Em sua emissão de Debêntures, descrita no item 18.1 deste Formulário de Referência, a Companhia e suas Fiadoras no âmbito das Debêntures sujeitaram-se às seguintes restrições, dentre outras:

(i) não constituir ônus ou gravames sobre os direitos cedidos no âmbito do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas Ltda. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;

(ii) não prestar quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, inclusive por suas respectivas controladas em benefício de terceiros, exceto (i) a garantia seja prestada em favor da Companhia, das Fiadoras ou suas respectivas controladas; ou (ii) em caso de prestação de garantias a funcionários ou colaboradores, no curso ordinário de seus negócios, sendo que, nesse caso, o valor não deverá exceder individual ou agregadamente R\$ 1.000.000 (um

milhão de reais) ou seu valor equivalente em moeda estrangeira;

(iii) não constituir quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais, sobre ativos relevantes da Companhia ou das Fiadoras, considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior ou equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, conforme verificado em suas últimas demonstrações financeiras, em reais ou seu equivalente em moeda estrangeira, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em AGD; e

(iv) não realizar resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Companhia aos seus acionistas, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso esteja em descumprimento com qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos relacionados à Oferta de Debêntures, conforme aplicável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em compliance com tais restrições. Além disso, tendo em vista que a Companhia é parte em certos contratos financeiros, e considerando que certos contratos estabelecem vencimento antecipado em caso de alteração na composição do capital social da Companhia, a Companhia está sujeita à aprovação por parte dos credores para alteração de seu capital social. A Companhia obteve waiver dos respectivos credores em relação a tais dispositivos para a Oferta.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Nesta data, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis Descrição das principais linhas de resultado

Receita Líquida de Vendas de mercadorias e serviços

Nossa receita líquida é composta por vendas de mercadorias, dedução de impostos sobre as vendas e devoluções e cancelamentos dos produtos vendidos.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

(em R\$ milhões, exceto %)	No exercício findo em 31/12/2021	AV (%)	No exercício findo em 31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Receita bruta de vendas	3.267,9	100,0%	1.466,5	100,0%	122,8%
Impostos sobre vendas	(476,3)	-14,6%	(222,7)	-15,2%	113,9%
Receita líquida de vendas	2.791,7	85,4%	1.243,8	84,8%	124,5%
Custo das mercadorias vendidas	(1.173,2)	35,9%	(486,6)	-33,2%	141,1%
Lucro bruto	1.618,5	49,5%	757,1	51,6%	113,8%
Receitas (despesas operacionais)	(1.418,8)	-43,4%	(841,9)	-57,4%	68,5%

Despesas com vendas	(988,2)	-30,2%	(538,5)	-36,7%	83,5%
Despesas administrativas	(365,5)	-11,2%	(230,8)	-15,7%	58,4%
Outras despesas operacionais, líquidas	(65,2)	-2,0%	(72,7)	-5,0%	-10,3%
Resultado de equivalência patrimonial	0,2	0,0%	-	0,0%	100,00%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	199,7	6,1%	(84,8)	-5,8%	-335,5%
Resultado financeiro, líquido	(19,8)	-0,6%	(103,2)	-7,0%	-80,8%
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	179,9	5,5%	(188,0)	-12,8%	-195,7%
Imposto de renda e contribuição social	119,8	3,7%	118,3	8,1	1,3%
Lucro líquido (prejuízo) do período	299,8	9,2%	(69,7)	-4,8%	-530,1%

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Receita bruta de vendas

A receita bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$3.267,9 milhões comparativamente a R\$1.466,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$1.801,4 milhões ou 122,8%. Este aumento é atribuído substancialmente em função da pandemia da COVID-19, a qual impactou as vendas 2020 devido ao fechamento temporário das lojas em alguns estados.

Somando-se a isso, há uma melhor performance das marcas do Grupo em comparação ao exercício de 2020 e o ingresso das marcas NV e Hering no grupo, que passaram a ser consolidadas em nossas demonstrações financeiras a partir de março e setembro de 2021, respectivamente.

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.791,7 milhões comparativamente a R\$1.243,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$1.547,9 milhões ou 124,4%, principalmente devido a melhor performance das marcas do Grupo no exercício de 2021 e aquisição das marcas NV e Hering após o primeiro e o terceiro trimestre de 2021, respectivamente.

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.173,2 milhões comparativamente a R\$486,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$686,6 milhões ou 141,1%. O custo das mercadorias vendidas representava 42,0% e 39,1% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento percentual dos custos das mercadorias vendidas está associado a uma maior diversificação dos canais de vendas quando comparadas ao exercício anterior.

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.618,5 milhões comparativamente a R\$757,1 milhões no exercício findo em

31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$861,4 milhões ou 113,8%. O lucro bruto representava 58,0% e 60,9% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro

de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$988,2 milhões comparativamente a R\$538,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$449,7 milhões ou 83,5%. As despesas com vendas representavam 50,8% e 60,9% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído, principalmente, a maiores despesas incorridas com propaganda e publicidade, além de maiores despesas com fretes e embalagens, em razão do maior nível de vendas.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$365,5 milhões comparativamente a R\$230,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$134,7 milhões ou 58,4%. As despesas administrativas representavam 13,1% e 18,6% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído, principalmente, a gastos com pessoal e serviços de terceiros em função da aquisição da NV e Hering.

Outras despesas operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$65,2 milhões comparativamente a uma despesa de R\$72,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$7,5 milhões. A redução ocorreu, pelo reconhecimento da despesa com o plano de ações da Companhia, devido à aceleração do período de vesting do programa de incentivo de longo prazo e do bônus pago aos funcionários em função do IPO, no valor de R\$ 35,9 e R\$15,6 milhões, respectivamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 2021 houve o reconhecimento de participação nos lucros e gratificação no valor de R\$37,7 milhões.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

Devido aos fatores descritos acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$199,7 milhões comparado ao prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$84,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$284,5 milhões ou 335,5%. O resultado antes do resultado financeiro representava 7,2% e 3,0% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi de uma despesa financeira líquida de R\$19,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado com uma despesa financeira líquida de R\$103,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução está relacionada, principalmente, a variação do valor justo em operações de swap e ao efeito do cancelamento das opções de compra e venda com os antigos acionistas da Cris Barros no primeiro trimestre de 2020.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes dos impostos sobre renda no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$179,9 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$188,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$367,9 milhões ou 195,7%.

Impostos de renda e contribuição social

Os impostos sobre o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram um crédito de R\$119,8 milhões comparativamente a R\$118,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$1,5 milhões, não tendo ocorrido variação significativa entre os exercícios em função, principalmente, de créditos tributários extemporâneos de R\$ 94,1 milhões reconhecidos no terceiro trimestre de 2021 em função da inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

Lucro líquido (prejuízo) do período

Devido aos fatores descritos acima, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$299,8 milhões comparativamente a um prejuízo líquido de R\$69,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$369,5 milhões ou 530,1%.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ milhões, exceto %)	No exercício social encerrado em 31/12/2020	AV (%)	No exercício social encerrado em 31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Receita bruta de vendas	1.466,5	117,9%	1.549,0	118,8%	-5,3%
Impostos sobre vendas	(222,7)	-17,9%	(244,9)	-18,8%	-9,1%
Receita líquida de vendas	1.243,8	100,0%	1.304,1	100,0%	-4,6%
Custo das mercadorias vendidas	(486,6)	-39,1%	(442,1)	-33,9%	10,1%
Lucro bruto	757,1	60,9%	862,0	66,1%	-12,2%
Receitas (despesas operacionais)	(841,9)	-67,7%	(712,7)	-54,7%	18,1%
Despesas com vendas	(538,5)	-43,3%	(484,4)	-37,1%	11,2%
Despesas administrativas	(230,8)	-18,6%	(207,8)	-15,9%	11,1%
Outras despesas operacionais, líquidas	(72,7)	-5,8%	(20,5)	-1,6%	254,6%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(84,8)	-6,8%	149,3	11,4%	-156,8%
Resultado financeiro, líquido	(103,2)	-8,3%	(9,0)	-0,7%	n.m
Lucro (prejuízo) antes dos impostos renda	(188,0)	-15,1%	140,3	10,8%	-234,0%
Imposto de renda e contribuição social	118,3	9,5%	(13,5)	-1,0%	-976,3%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(69,7)	-5,6%	126,8	9,7%	-155,0%

Receita bruta de vendas

A receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.466,5 milhões comparativamente a R\$1.549,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 82,5 milhões ou 5,3%. Esta redução é

atribuída substancialmente em função da pandemia da COVID-19 e ao fechamento de lojas no segundo trimestre, que foram parcialmente compensadas pelo aumento de vendas nos canais digitais.

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.243,8 milhões comparativamente a R\$1.304,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$60,3 milhões ou 4,6%, principalmente devido aos fatores descritos acima relacionados à pandemia da COVID-19.

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$486,6 milhões comparativamente a R\$442,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$44,5 milhões ou 10,1%. O custo das mercadorias vendidas representava 39,1% e 33,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esse aumento do custo das mercadorias vendidas está associado à maior quantidade de promoções nas vendas realizadas pela Companhia ao longo do exercício, por conta da pandemia COVID-19.

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$757,1 milhões comparativamente a R\$862,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$104,9 milhões ou 12,2%. O lucro bruto representava 60,9% e 66,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$538,5 milhões comparativamente a R\$484,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$54,1 milhões ou 11,2%. As despesas com vendas representavam 43,3% e 37,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esse aumento é atribuído, principalmente, às despesas incorridas com propaganda e publicidade.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$230,8 milhões comparativamente a R\$207,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$23,0 milhões ou 11,1%. As despesas administrativas representavam 18,6% e 15,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esse aumento é atribuído, principalmente, a despesas com pessoal.

Outras despesas operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$72,7 milhões comparativamente a uma despesa de R\$20,5 milhões no

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$52,2 milhões. Esse aumento é decorrente, principalmente, do reconhecimento da despesa com os planos de outorga de ações da Companhia, no valor de R\$ 35,9 milhões, e devido à aceleração do período de *vesting* do programa de incentivo de longo prazo; e despesas com bonificação extraordinárias pós-IPO no valor de R\$15,6 milhões.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

Devido aos fatores descritos acima, o prejuízo operacional antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 84,8 milhões comparado ao lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$149,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um decréscimo de R\$ 234,1 milhões ou 156,8%. O resultado antes do resultado financeiro representava 6,8% e 11,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi de uma despesa financeira líquida de R\$ 103,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado com uma despesa financeira líquida de R\$9,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento está relacionado, principalmente, à baixa da *call* da opção de compra efeito do cancelamento das opções de compra e venda com os antigos acionistas da Cris Barros no terceiro trimestre de 2020, que gerou despesa financeira de R\$82,0 milhões.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda

Devido aos fatores descritos acima, o prejuízo antes dos impostos sobre renda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$188,0 milhões comparativamente a um lucro de R\$140,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$328,3 milhões ou 234,0%.

Impostos de renda e contribuição social

Os impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram positivos R\$118,3 milhões comparativamente a um saldo negativo de R\$13,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$131,8 milhões. Esse aumento é decorrente, principalmente, do aumento de prejuízo fiscal e base negativa devido à apuração de prejuízo em 2020 contra lucro em 2019.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

Devido aos fatores descritos acima, o prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 69,7 milhões comparativamente a um lucro de R\$ 126,8 milhões no exercício social encerrado em em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de R\$ 196,5 milhões ou 155,0%.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	No exercício social encerrado em		No exercício social encerrado em		
--	----------------------------------	--	----------------------------------	--	--

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Receita bruta de vendas	1.549,0	118,8%	1.299,6	120,1%	19,2%
Impostos sobre vendas	(244,9)	-18,8%	(217,6)	-20,1%	12,5%
Receita líquida de vendas	1.304,1	100,0%	1.082,0	100,0%	20,5%
Custo das mercadorias vendidas	(442,1)	-33,9%	(393,1)	-36,3%	12,5%
Lucro bruto	862,0	66,1%	(688,9)	63,7%	25,1%
Receitas (despesas operacionais)	(712,7)	-54,7%	(603,9)	-55,8%	18,0%
Despesas com vendas	(484,4)	-37,1%	(414,3)	-38,3%	16,9%
Despesas administrativas	(207,8)	-15,9%	(169,1)	-15,6%	22,9%
Outras despesas operacionais, líquidas	(20,5)	-1,6%	(21,6)	-2,0%	-5,1%
Resultado da equivalência patrimonial	-	0,0%	1,1	0,1%	-100,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	149,3	11,4%	85,0	7,9%	75,6%
Resultado financeiro, líquido	(9,0)	-0,7%	(12,4)	-1,1%	-27,4%
Lucro antes dos impostos sobre renda	140,3	10,8%	72,5	6,7%	93,5%
Imposto de renda e contribuição social	(13,5)	-1,0%	13,2	1,2%	-202,3%
Lucro líquido do exercício	126,8	9,7%	85,7	7,9%	48,0%

Receita bruta de vendas

A receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.549,0 milhões comparativamente a R\$1.299,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 249,4 milhões ou 19,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento de 19 lojas, pelo crescimento consolidado de 12,9% da venda SSS (*same store sales*) das marcas da Companhia e à anualização da consolidação da Cris Barros. Este número já é deduzido de devoluções e cancelamentos.

Receita líquida de vendas

Devido aos fatores descritos acima, a receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.304,1 milhões comparativamente a R\$1.082,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 222,1 milhões ou 20,5%.

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 442,1 milhões comparativamente a R\$ 393,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$49,0 milhões ou 12,5%. O custo das mercadorias vendidas representava 33,9% e 36,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Essa redução proporcional do custo das mercadorias vendidas em relação à receita líquida está associada a um aumento da venda a preço cheio dos produtos de cada coleção, menor sobra de estoque, uma melhor performance na negociação com fornecedores de matéria-prima e produto acabado e a ampliação de sourcing de fornecedores.

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2019 foi de R\$ 862,0 milhões comparativamente a R\$688,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$173,1 milhões ou 25,1%. O lucro bruto representava 66,1% e 63,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento na margem bruta é atribuído, substancialmente, ao crescimento das vendas, a uma melhor gestão dos estoques e a melhor performance na negociação com os fornecedores de matéria-prima e produto acabado.

Despesas com vendas

As despesas com vendas foram de R\$ 484,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparativamente a R\$414,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$70,1 milhões ou 16,9%. Esse aumento é decorrente principalmente da decisão da Companhia em ampliar seus gastos em marketing e mídia, de forma a alavancar suas vendas e contribuir no fortalecimento e melhor posicionamento de suas marcas. As despesas com vendas representavam 37,1% e 38,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação dessa linha em comparação à receita líquida sinaliza uma maior eficiência da Companhia por meio de ganhos de escala.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$207,8 milhões comparativamente a R\$169,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$38,7 milhões ou 22,9%. As despesas administrativas representavam 15,9% e 15,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em

31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído, principalmente, a aumentos do quadro de pessoal ligados à organização de marcas e corporativo, permitindo uma maior estruturação de departamentos-chave para a Companhia e criando as bases para um futuro ganho de escala. Adicionalmente, nessa linha temos um impacto não recorrente em 2019 de despesas pré-operacionais realizadas na estruturação e início da operação da Farm nos Estados Unidos.

Outras despesas operacionais líquidas

As outras despesas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 20,5 milhões comparativamente ao valor de R\$21,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$1,1 milhão ou 5,1%, não tendo ocorrido uma variação significativa entre os exercícios.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Devido aos fatores descritos acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 149,3 milhões comparativamente a R\$ 85,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$64,3 milhões ou 75,6%. O lucro antes do resultado financeiro representava 11,4% e 7,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi de uma despesa financeira líquida de R\$9,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com uma despesa financeira líquida de R\$12,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou uma redução de 27,4%.

Em decorrência da adoção das novas práticas estabelecidas pelo IFRS 16, o efeito em 2019 foi decorrente do aumento nas despesas financeiras, com despesas de juros sobre arrendamento no valor de R\$15,2 milhões. Esse aumento, foi compensado pelo ajuste a valor justo da opção de compra da Cris Barros, que gerou uma receita financeira de R\$36,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em comparação a uma receita financeira de R\$16,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lucro antes dos impostos sobre renda

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes dos impostos sobre renda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$140,3 milhões comparativamente a um lucro de R\$72,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$67,8 milhões ou 93,5%.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$13,5 milhões comparativamente a um crédito de R\$13,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$26,7 milhões. Esta variação é atribuída a uma utilização da Lei Complementar 160 como base de redução da subvenção fiscal na base de cálculo do imposto de renda.

Lucro líquido do exercício

Devido aos fatores descritos acima, o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$126,8 milhões comparativamente a um lucro líquido de R\$85,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$41,1 milhões ou 48,0%. Nossa margem líquida foi 7,9% e 9,7% nos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2018 e 2019, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31/12/2021	AV (%)	Em 31/12/2020	AV (%)	Em 31/12/2019	AV (%)	Em 31/12/2018	AV (%)	31/12/2021 x 2020 (%)	2020 x 2019 (%)	2019 x 2018 (%)
ATIVO											
Circulante	2.799,0	28,0%	1.519,7	66,0%	671,7	53,5%	527,0	53,0%	84,2%	126,2%	27,5%
Caixa e equivalentes de caixa	224,1	2,2%	706,8	30,7%	27,8	2,2%	23,8	2,4%	-68,3%	n.m	16,8%
Contas a receber	1.211,7	12,1%	395,2	17,2%	186,0	14,8%	144,2	14,5%	206,6%	112,5%	29,0%
Estoques	930,9	9,3%	234,7	10,2%	234,6	18,7%	229,1	23,0%	296,6%	0,0%	2,4%
Tributos a recuperar	312,3	3,1%	92,8	4,0%	55,4	4,4%	49,2	4,9%	236,5%	67,5%	12,6%
Derivativos	1,9	0,0%	2,9	0,1%	87,9	7,0%	4,5	0,5%	-34,5%	-96,7%	n.m
Adiantamento a fornecedores	87,8	0,9%	76,3	3,3%	73,8	5,9%	51,2	5,2%	15,1%	3,4%	44,1%

Outros	30,3	0,3%	10,9	0,5%	6,1	0,5%	25,0	2,5%	178,0%	78,7%	-75,6%
Não Circulante	7.209,4	72,0%	782,8	34,0%	584,1	46,5%	467,0	47,0%	821,0%	34,0%	25,1%
Titulos e valores mobiliários	11,1	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Contas a receber	1,0	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	54,6	0,5%	35,0	1,5%	73,9	5,9%	70,7	7,1%	56,0%	-52,6%	4,5%
Impostos diferidos	287,3	2,9%	158,6	6,9%	25,4	2,0%	20,1	2,0%	81,1%	524,4%	26,4%
Tributos a recuperar	457,0	4,6%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Investimentos	4,2	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Imobilizado	836,6	8,4%	72,6	3,2%	60,1	4,8%	47,5	4,8%	1052,3%	20,8%	26,5%
Intangível	5.307,6	53,0%	366,0	15,9%	280,7	22,4%	279,2	28,1%	1350,2%	30,4%	0,5%
Direito de uso de imóveis	247,5	2,5%	150,6	6,5%	144,0	11,5%	-	0,0%	64,3%	4,6%	0,0%
Derivativos	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	49,5	5,0%	0,0%	0,0%	-100,0%
Total do Ativo	10.008,4	100,0%	2.302,5	100,0%	1.255,9	100,0%	994,0	100,0%	334,7%	83,3%	26,3%
Circulante	1.264,7	12,6%	502,1	21,8%	620,1	49,4%	406,3	40,9%	151,9%	-19,0%	52,6%
Fornecedores e aluguéis a pagar	466,3	4,7%	149,9	6,5%	136,6	10,9%	116,8	11,8%	211,1%	9,7%	17,0%
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	120,0	1,2%	38,8	1,7%	34,0	2,7%	36,3	3,7%	209,3%	14,1%	-6,3%
Arrendamentos a pagar	72,4	0,7%	54,2	2,4%	45,8	3,6%	-	0,0%	33,6%	18,3%	0,0%
Empréstimos	194,3	1,9%	151,3	6,6%	53,6	4,3%	172,4	17,3%	28,4%	182,3%	-68,9%
Salários e encargos a pagar	125,4	1,3%	57,5	2,5%	51,4	4,1%	56,2	5,7%	118,1%	11,9%	-8,5%
Contas a pagar combinação de negócios	22,3	0,2%	-	0,0%	65,2	5,2%	-	0,0%	100,0%	-100,0%	0,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	72,0	0,7%	-	0,0%	203,4	16,2%	-	0,0%	100,0%	-100,0%	0,0%
Tributos a recolher	64,6	0,6%	21,3	0,9%	18,4	1,5%	18,8	1,9%	203,3%	15,8%	-2,1%
Derivativos	1,3	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Outros	126,1	1,3%	29,1	1,3%	11,9	0,9%	5,7	0,6%	333,3%	144,5%	108,8%
Passivo não circulante	1.597,6	16,0%	241,2	10,5%	292,7	23,3%	208,9	21,0%	562,4%	-17,6%	40,1%
Arrendamentos a pagar	202,9	2,0%	111,3	4,8%	107,7	8,6%	-	0,0%	82,3%	3,3%	0,0%
Empréstimos	590,4	5,9%	106,0	4,6%	155,8	12,4%	19,7	2,0%	457,0%	-32,0%	690,9%
Tributos a recolher	13,2	0,1%	15,7	0,7%	2,0	0,2%	4,8	0,5%	-15,9%	685,0%	-58,3%
Impostos diferidos	322,3	3,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Provisão para contingências	316,6	3,2%	8,3	0,4%	5,0	0,4%	8,9	0,9%	3714,5%	66,0%	-43,8%
Contas a pagar combinação de negócios	118,9	1,2%	-	0,0%	-	0,0%	30,5	3,1%	100,0%	0,0%	-100,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	140,5	14,1%	100,0%	0,0%	-100,0%
Outros	33,3	0,3%	-	0,0%	22,1	1,8%	4,3	0,4%	100,0%	-100,0%	414,0%
Capital social	4.047,1	40,4%	1.423,9	61,8%	100,9	8,0%	28,0	2,8%	184,2%	n.m	260,4%
Ajuste de avaliação patrimonial	-9,3	-0,1%	-11,1	-0,5%	-20,9	-1,7%	1,4	0,1%	-16,2%	-46,9%	n.m

Ações em tesouraria	-	0,0%	-9,4	-0,4%	-21,1	-1,7%	-4,0	-0,4%	-100,0%	-55,5%	427,5%
Reservas de capital	2.879,8	28,8%	155,7	6,8%	68,2	5,4%	141,1	14,2%	1749,6%	128,3%	-51,7%
Reserva de lucros	228,6	2,3%	-	0,0%	193,8	15,4%	190,7	19,2%	100,0%	-100,0%	2,4%
Participação de acionistas não controladores	-	0,0%	-	0,0%	22,2	1,8%	21,7	2,2%	0,0%	-100,0%	2,3%
Total patrimônio líquido	7.146,2	71,4%	1.559,1	67,7%	343,1	27,3%	378,9	38,1%	358,4%	354,4%	-9,4%
Total do passivo e do patrimônio líquido	10.008,4	100,0%	2.302,5	100,0%	1.255,9	100,0%	994,0	100,0%	334,7%	83,3%	26,3%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$2.799,0 milhões, em comparação com R\$1.519,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 28,0% em 31 de dezembro de 2021 e 66,0% em 31 de dezembro de 2020. A variação, ocorreu, principalmente, em função das aquisições da NV e Hering. Além do crescimento em função das combinações de negócios mencionados acima, o contas a receber e os estoques aumentaram, impulsionados pelo crescimento de vendas do 4º trimestre e pelas expectativas de vendas para o 1º trimestre de 2022, respectivamente. Os crescimentos foram compensados pela redução do caixa em função do pagamento das combinações de negócios.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$7.209,4 milhões, em comparação com R\$782,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 72,0% em 31 de dezembro de 2021 e 34,0% em 31 de dezembro de 2020. A variação ocorreu, basicamente, pelas combinações de negócios com NV e Hering. Os ágios gerados nas combinações de negócios de 2021 totalizaram R\$ 3.666,8 milhões. Além disso, ainda no contexto das combinações, houve reconhecimento de mais valias no intangível e imobilizado de R\$ 1.130,6 milhões e R\$ 489,5 milhões, respectivamente. Os saldos dos demais ativos não circulantes das duas empresas adquiridas totalizaram R\$ 1.149,2 milhões em 2021.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$1.264,7 milhões, em comparação com R\$502,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 12,6% em 31 de dezembro de 2021 e 21,8% em 31 de dezembro de 2020. A variação, ocorreu, principalmente, em função das aquisições da NV e Hering, que representam em 2021, R\$ 591,0 milhões desse crescimento. Além disso, apuramos e propusemos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 71,2 milhões, além de quitarmos parcialmente determinados empréstimos.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$1.597,6 milhões, em comparação com R\$241,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 16,0% em 31 de dezembro de 2021 e 10,5% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento ocorreu, basicamente, pela emissão da 2ª série de

debêntures em setembro de 2021 no valor de R\$ 500,0 milhões, destinadas ao pagamento da aquisição da Hering, pelo reconhecimento de passivos contingentes na combinação de negócios com a Hering no valor de R\$ 284,4 milhões, e por parte do valor em aberto da combinação de negócios referente a aquisição da NV no valor de R\$ 118,9 milhões. Além disso, tivemos o reconhecimento de imposto de renda diferido sobre as mais valias nas combinações de negócios que totalizou R\$ 466,8 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$7.146,2 milhões, em comparação com R\$1.559,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento, de R\$5.587,1 milhões ou 358,4%, é decorrente do follow on do Grupo, que líquido dos custos de emissão totalizou R\$ 844,7 milhões; pela emissão de novas ações nas aquisições da NV e Hering que totalizaram R\$ 4.533,9 milhões e; pelo lucro líquido do exercício de R\$ 299,8 milhões.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$1.519,7 milhões, em comparação com R\$671,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 66,0% em 31 de dezembro de 2020 e 53,5% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$848,0 milhões ou 126,2%, decorreu, basicamente, em função do maior volume de caixa após o IPO do Grupo e por não anteciparmos o saldo de recebíveis de cartão. Os aumentos de caixa e de contas a receber de cartão de crédito foram compensados, parcialmente, pelo cancelamento das opções (derivativos) com antigos acionistas da Cris Barros.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$782,8 milhões, em comparação com R\$ 584,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 34,0% em 31 de dezembro de 2020 e 46,5% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 198,7 milhões ou 34,0%, decorreu, basicamente, no imposto de renda e contribuição social diferidos, impulsionados pelo prejuízo fiscal do período, pela baixa da marca Plantage e pela baixa de derivativos com opções da Cris Barros. Outro aumento importante ocorreu no Intangível, com destaque para o reconhecimento da Marca e do Ágio na aquisição da Maria Filó.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 502,1 milhões, em comparação com R\$ 620,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 21,8% em 31 de dezembro de 2020 e 49,4% em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R\$ 118,0 milhões ou 19,0%, decorreu, principalmente, em função do pagamento de dividendos e realização de contas a pagar de combinação de negócios com emissão de novas ações. A redução foi compensada parcialmente pela captação de empréstimos e reclassificação de empréstimos do longo prazo para o curto prazo.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 241,2 milhões, em comparação com R\$ 292,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 10,5% em 31 de dezembro de 2020 e 23,3 % em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 51,5 milhões ou 17,6%, decorreu, principalmente, em função da reclassificação de empréstimos do longo para o curto prazo e pela antecipação da realização de todos os planos de remuneração baseada em ações (ILPs) da Companhia.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$1.559,1 milhões, em comparação com R\$ 343,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 1.216,0 milhões ou 354,4%, decorreu, principalmente, em função do IPO do Grupo, líquido dos custos de emissão e pela emissão de novas ações na aquisição da Maria Filó, bem como na troca de ações com antigos acionistas da Cris Barros. Tais aumentos foram compensados, parcialmente, pela aprovação de dividendos adicionais propostos em 2019 e pelo prejuízo do exercício.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$671,7 milhões, em comparação com R\$527,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 53,5% em 31 de dezembro de 2019 e 53,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$144,7 milhões, ou 27,5%, decorreu principalmente do aumento em derivativos de R\$4,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 87,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$584,1 milhões, em comparação com R\$467,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 46,5% em 31 de dezembro de 2019 e 47,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$ 117,1 milhões, ou 25,1%, decorreu da aplicação do CPC 06/IFRS 16, o qual resultou na contabilização de direito de uso de imóveis em 2019.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$620,1 milhões, em comparação com R\$406,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 49,4% em 31 de dezembro de 2019 e 40,9% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$213,8 milhões ou 52,6%, decorreu do aumento de R\$203,4 milhões de Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, e R\$45,8 milhões de Arrendamento a pagar, referente a adoção do CPC 06/ IFRS 16, compensado parcialmente pela redução de R\$118,8 milhões de Empréstimos.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$292,7 milhões, em comparação

com R\$208,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 23,3% em 31 de dezembro de 2019 e 21,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$83,8 milhões ou 40,1%, decorreu, principalmente, de (i) Aumento de Empréstimos de R\$136,1 milhões; e (ii) Aumento de Arrendamento a pagar de R\$107,7 milhões, referente a adoção do CPC 06/ IFRS 16. Esse aumento foi compensado parcialmente pela redução do saldo de Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$140,5 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$343,1 milhões, em comparação com R\$378,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$35,8 milhões, ou 9,4%, deve-se basicamente a emissão de novas ações para aquisição de participação em Companhias controladas.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

(em R\$ milhões)	No exercício social encerrado em 31/12/2021	No exercício social encerrado em 31/12/2020	No exercício social encerrado em 31/12/2019	No exercício social encerrado em 31/12/2018
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(18,0)	(71,3)	145,1	39,7
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.599,7)	(56,4)	(32,7)	(35,5)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.142,9	850,7	(108,4)	5,0
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(482,7)	678,9	4,0	9,2

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$18,0 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$71,3 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação de R\$53,3 milhões é decorrente, principalmente, do caixa consumido nas operações e no aumento do contas a receber em 31 de dezembro de 2021, compensado pelo aumento na depreciação e amortização no exercício pelas aberturas de novas lojas no exercício.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$1.599,7 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$56,4 milhões para o exercício

findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$1.543,3 milhões é decorrente, principalmente, da aquisição das controladas NV e Hering.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$1.142,9 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$850,7 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação de R\$292,2 milhões é decorrente principalmente pelo aumento de capital devido ao follow on e emissão de debêntures, compensados pela redução no pagamento de dividendos.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$115,4 milhões, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 onde o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$145,1 milhões representando uma redução de R\$260,5 milhões. A redução deve-se, basicamente, pela redução do resultado operacional em função da pandemia do COVID-19 em 2020.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R\$56,4 milhões, comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$32,7 milhões, o que representa um aumento de R\$23,7 milhões, devido principalmente a investimentos em tecnologia, benfeitorias realizadas em função da abertura de novas lojas e aquisição da Maria Filó.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$850,7 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com o saldo aplicado de R\$ 108,4 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$ 959,1 milhões, é justificado basicamente pelo aumento de capital em função do IPO e parcialmente compensado pelo pagamento de dividendos no período.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$ 145,1 milhões, representando um aumento de R\$105,4 milhões do caixa gerado nas atividades operacionais comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 que apresentou um caixa líquido gerado de R\$39,7

milhões. O aumento se dá principalmente por uma melhor gestão de estoques, que contribui com uma variação de R\$33,4 milhões comparando os respectivos exercícios sociais.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R\$32,7 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos foi de R\$35,5 milhões, o que representa uma redução de R\$2,8 milhões, devido principalmente à redução no caixa utilizado na aquisição de imobilizado e intangível.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$108,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado à um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R\$5,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$113,4 milhões, é decorrente, principalmente, do aumento de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em R\$47,6 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas da Companhia é composta, principalmente, pela venda de peças de vestuário e acessórios. A Administração da Companhia analisa os componentes da receita líquida de vendas sob dois aspectos:

(i) canais de venda: o atacado e o varejo. O canal de venda atacado consiste na venda de peças de vestuários e acessórios a varejistas multimarcas majoritariamente espalhadas pelo Brasil. O canal de venda varejo considera as vendas físicas e online para consumidor final.

(ii) marcas: Animale, A. Brand, Cris Barros, Fábula, FARM, Foxton, FYI, Off Premium, Maria Filó, NV e Hering.

A receita bruta da Companhia no período findo em 31 de Dezembro de 2021 foi de R\$3.268 milhões comparativamente a R\$1.466,5 milhões no período findo em 31 de Dezembro de 2020. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a receita bruta da Companhia foi de R\$1.549,0 milhões e R\$1.299,6 milhões, respectivamente.

A receita líquida de vendas da Companhia decorre da receita bruta de vendas, deduzida de impostos. Sobre as vendas da Companhia incidem tributos federais, como o PIS a alíquota de 1,65% e COFINS de 7,6%. Ademais incide o ICMS, imposto estadual sobre a receita bruta de vendas, cuja alíquota varia de 4% a 20%.

A Companhia se beneficia de alguns incentivos fiscais nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Goiás e Rio de Janeiro, sendo o mais relevante o incentivo fiscal no

estado do Rio de Janeiro, denominado Lei da Moda, segundo o qual, a alíquota de ICMS devida é de 2,5% sobre o custo de produção, conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência.

Custo de mercadorias vendidas são os gastos envolvidos na produção e armazenamento dos produtos até que estes sejam vendidos.

Despesas com vendas é composta por despesas com pessoal, ocupação, serviços de terceiros, propaganda e publicidade, fretes e embalagens diretamente relacionadas à atividade de comercial.

Despesas administrativas são compostas por despesas com pessoal, ocupação, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras.

Outras receitas e despesas operacionais líquidas são compostas por incentivos de longo prazo, participação nos lucros e bonificações, comissão de cartão de crédito e resultado da Plantage, Inc.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento varejo de moda e suas operações consistem majoritariamente na confecção e fabricação de peças de vestuário e acessórios e venda de tais produtos. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

Custo dos produtos vendidos correspondem, principalmente, ao custo de matéria prima, tais como algodão, utilizadas em sua fábrica, bem como aviamentos, serviços de confecção contratados junto a terceiros. Além disso, custos incorridos com a compra vestuários e acessórios para revenda compõe o custo de produtos vendidos em menor proporção. Por se tratar de uma commodities o preço do algodão varia de acordo com condições de mercado, bem como, a flutuação da taxa do câmbio de dólar. A depreciação do real em relação à moeda norte-americana pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

(i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: A indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que no período findo em 31 de Dezembro de 2021 e nos anos de 2019 e 2020 apresentou variação de 4,6%, 1,1% e -4,1%, respectivamente, e a taxa média anual de desemprego, que no período findo em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, apresentou-se em 13,2%, 11,9% e 13,5%, o que já refletia uma perspectiva econômica desafiadora no país antes da pandemia de COVID-19.

(ii) Inflação: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de alugueis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 10,06%, 4,31% e 4,52%, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente.

(iii) Comportamento de compra do consumidor: A Companhia constantemente avaliando quais são as demandas de seus clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos para continuar entregando em excelência a experiência de compra. A criação do Soma Labs, área de desenvolvimento interno da Companhia, é uma das mudanças realizadas para acompanhar e garantir a melhor experiência de compras para as clientes, ao facilitar o processo de entrega de mercadorias por meio das distintas modalidades que oferece, como a entrega express e o pick-up in store. Em razão da pandemia de COVID-19, a Companhia tem focado em sua plataforma de e-commerce e iniciativas omnichannel que tem sido bem recebidas pelos consumidores durante a pandemia.

(iv) Sazonalidade: A indústria da moda é sensível às estações do ano e às tendências da moda. As marcas da Companhia estão sujeitas à sazonalidade, com trimestres bem distintos, principalmente o quarto trimestre do ano. Os maiores faturamentos do varejo e e-commerce ocorrem nos meses de maio, junho, novembro e dezembro, impactados pelo Dia das Mães, Dia dos Namorados, Black Friday e Natal, respectivamente. Outro fator que influencia a sazonalidade são as trocas de coleções de janeiro e julho.

Outro ponto relevante são as liquidações que geram um aumento nas vendas, porém podem trazer uma diminuição na margem bruta, uma vez que a Companhia comercializa produtos com descontos em relação aos preços praticados logo após o lançamento das coleções. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período de promoção.

(v) Clima: O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia busca desenvolver os seus produtos seguindo as tendências de moda que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir à inflação um impacto relevante no crescimento da receita de vendas de mercadoria. Além disso, A Companhia está protegida das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento da captação, nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original.

A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa

de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita. Historicamente temos sido capazes de repassar para os nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos. Contudo, não podemos assegurar que iremos conseguir continuar a fazê-lo durante ou após a pandemia de COVID-19.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de mercadorias vendidas de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os custos da Companhia, a administração busca mitigar estes impactos ao longo da cadeia de fornecimento.

A taxa de câmbio pode impactar nossos custos, uma vez que a Companhia importa produtos e insumos (matérias-primas) em moedas internacionais. A fim de mitigar tais impactos, a Companhia possui uma política de hedge cambial, para proteção contra a volatilidade do câmbio. Para mais informações sobre esta política, ver item 5.2(b)(iii) do Formulário de Referência.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico no período findo em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão descritas abaixo:

(i) O Grupo adquiriu, em outubro de 2016, 49% de participação no capital da Wardrobe e, em julho de 2018, adquiriu 1,01% adicionais desta investida, passando a consolidá-la integralmente. Adicionalmente, o contrato previa a troca de ações em 2020 de forma que os acionistas da Wardrobe recebessem ações da Soma, ambas mensuradas por sete vezes o EBITDA (Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização). A troca de ações foi efetuada em março de 2020, sendo subscritas aos acionistas não controladores, então detentores de 49,99% do capital social da Wardrobe o total de 14.721.608 ações da Companhia, totalizando um aumento patrimonial da Companhia de R\$65.166 mil, dos quais R\$545 mil como capital social e R\$64.621 mil como reserva de capital (que líquido dos efeitos tributários totaliza R\$ 41.813 mil), em contrapartida a aquisição das ações da Wardrobe. Dessa forma, os antigos acionistas da Wardrobe passaram a deter 4,5% da Soma e a Soma passou a deter 100% da Wardrobe.

(ii) Em 4 de maio de 2020 a Companhia adquiriu 100% das empresas MF 2008 e Modas Ltda. (“Maria Filó”), pelo montante de R\$ 130.670 mil.

(iii) Em 12 de março de 2021 a Companhia adquiriu 100% de participação capital da ByNV, marca conceituada no ramo do varejo de moda que possuía, até 31 de março de 2021, quatro lojas situadas na cidade de São Paulo, pelo montante de R\$ 319.230 mil.

(iv) Em 26 de abril de 2021, por meio de controlada Cidade Maravilhosa, a Companhia celebrou Acordo de Associação e Outras Avenças com a Hering, tendo sido finalizada a transação no dia 17 de setembro de 2021, por meio da qual o Grupo Soma adquiriu 100% de participação na Hering (que inclui, além da controladora Hering, as subsidiárias HGR Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda. e Hering Internacional SAF). A Hering é uma empresa brasileira especializada no setor de vestuário e possui 786 lojas em todo o Brasil. Sua sede e principais fábricas estão localizadas em Blumenau - SC. Atualmente, a Hering possui 3 marcas: Hering, Hering Kids e DZARM. A aquisição tem por objetivo

consolidar o Grupo como uma plataforma de marcas do varejo da moda, ampliando o mercado endereçável de todas as suas companhias, conectando diferentes audiências e abrindo um novo espaço e oportunidades de crescimento dado o portfólio altamente complementar das suas empresas. Os gastos incorridos diretamente pela Companhia na aquisição totalizaram R\$ 9.859 e foram registrados na despesa. Os gastos em função do financiamento para viabilizar a operação totalizaram R\$ 13.710 e foram reconhecidos no resultado financeiro.

(c) Eventos ou operações não usuais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia teve os seguintes eventos e/ou operações não usuais:

(i) Despesas com participação nos lucros e gratificações. O impacto no resultado ocorreu no 4º Trimestre de 2021 no montante de R\$ 37.736 e foi registrado em outras despesas operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia teve os seguintes eventos e/ou operações não usuais:

(a) Incremento de provisões em função da pandemia COVID-19. O impacto no resultado, bruto de imposto de renda e contribuição social, de R\$ 4.589 mil dessas provisões ocorreram nos estoques e no custo de mercadoria vendida.

(b) Vesting antecipado das ações de Incentivo de Longo Prazo (ILP) concedido pela Companhia a determinados executivos e funcionários. O impacto dessa antecipação no resultado do exercício foi de R\$ 35.855 mil.

(c) Realização de pagamento de bonificação extraordinária a funcionários como forma de reconhecimento pelo sucesso alcançado no IPO do Grupo. O impacto no resultado dessa bonificação, bruto de imposto de renda e contribuição social, foi de R\$ 15.636 mil.

(d) Por questões estratégicas, tanto para a Companhia e os antigos acionistas da Cris Barros, acordou-se o cancelamento as opções existentes entre os mesmos. O cancelamento dessas opções gerou um efeito na despesa financeira da Companhia de R\$ 82.015 mil.

Não houve, durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, data do início da vigência da norma.

A Companhia aplicou a norma utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, portanto, a informação comparativa apresentada não foi reapresentada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, onde a Companhia aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

b) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pelas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontando a taxa de juros implícita no arrendamento, ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa incremental da Companhia.

c) Transição

Anteriormente, a Companhia classificava arrendamentos de imóveis como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17. Esses arrendamentos incluem as instalações de depósitos, fábricas e escritórios administrativos. Os arrendamentos geralmente são contratados por um período de 5 a 10 anos. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação após o final do período não cancelável.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento.

A Companhia utilizou expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17, e aplicou isenção para não reconhecer ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial.

d) Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019 passivos de arrendamento no valor de R\$ 169.831 mil no Consolidado, e ativo de direito de uso nesse mesmo montante.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não possuem ressalvas ou ênfases.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Administração entende que as políticas adotadas atendem ao aspecto normativo contábil e seus riscos associados de forma satisfatória.

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são discutidas a seguir.

Tipo de ativo

Descrição do ativo

.Provisão para crédito de liquidação duvidosa

.Provisão para perda na realização dos estoques

.Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível

.Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

.Provisão para contingências

A provisão para perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

A provisão para perdas na realização dos estoques está apresentada como redução do saldo de estoque e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, incluindo obsolescência.

Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de impairment conforme requerido pelo CPC 01. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a teste de impairment ao menos anualmente.

A administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso da Companhia a avaliação considerou cada uma de suas lojas como unidade geradora de caixa.

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações serão realizadas de forma prospectiva

A Companhia registra provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos cíveis, trabalhistas e tributários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis, trabalhistas e tributárias cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível somaram R\$ 34,3 milhões, R\$ 50,1 milhões e R\$ 166,9 milhões respectivamente, incluindo os investimentos para abertura de novas lojas, assim como investimentos em sistemas e tecnologia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos junto a terceiros.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2020 a Companhia descontinuou as operações da marca FYI e em 2021 as operações da marca A.Brand.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não temos informações relevantes que já não tenham sido divulgadas nos outros itens.

Anexo V

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2021

(conforme artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481,
na forma do Anexo 9-1-II)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 299.790.375,72.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
31/12/2021	Dividendos	Ordinárias	71.200.214,23	0,09073010842	24/06/2022
Não Aplicável		Preferenciais	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído, após a constituição da reserva legal, é de 25%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
Não Aplicável	Dividendos	Ordinária	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Não Aplicável	Dividendos	Preferenciais	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe. - Dividendos – Ações Ordinárias – R\$ 0,090730108.
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio – O pagamento será realizado até 24 de junho.
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio – Não aplicável

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento – Os dividendos, caso aprovados, serão pagos de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 do dia 29 de abril de 2022 (data base), respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive. As ações da Companhia serão negociadas “*ex dividendos*” a partir do dia 02 de maio de 2022, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio, já declarados.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data pagamento
Não Aplicável	Dividendos	Ordinária	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Não Aplicável	Dividendos	Preferenciais	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
- b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Ano	Valor por ação do Lucro Líquido	Valor por ação dos dividendos		Valor por ação dos JSCP		Remuneração Total Distribuída	
		Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
2021	0,382021509	0,090730108	-	-	-	0,090730108	-
2020	(0,147346233)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
2019	9,453788659	5,876345996	-	-	-	5,876345996	-
2018	4,706958777	2,328928825	-	-	-	2,328928825	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O valor destinado para reserva legal é R\$ 14.989.518,79.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

De acordo com artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, a reserva legal é constituída de 5% do Lucro Líquido Ajustado, até que atinja seu limite legal.

O Lucro Líquido Ajustado é o resultado do Lucro Líquido do exercício deduzidos os eventuais prejuízos acumulados, bem como, as necessárias provisões, inclusive a provisão para imposto de renda e as participações estatutárias dos Administradores.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimo:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo previsto no estatuto:

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucro a realizar.

Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reserva estatutária:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 34, do Estatuto Social da Companhia, prevê que:

“Artigo 34. Após realizadas as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido

para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.”

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 213.600.642,70

c. Descrever como o montante foi calculado

Do Lucro Líquido do exercício Ajustado foi destinado 5% para a reserva Legal, e 25% para distribuição a título de dividendos. O remanescente é destinado à Reserva Estatutária.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante de retenção.

Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

Anexo VI

Informações sobre candidatos indicados pela administração (nos termos dos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

(Art. 10, inciso I, da ICVM nº481/09)

12.5/6 - Composição e Experiência Profissional da Administração e do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Roberto Luiz Jatahy Gonçalves 929.391.047-00	03/02/1969 Economista	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	01/07/2020	2 anos (Conselho de Administração);	7
		31 – Diretor Presidente e pertence ao Conselho de administração	10/05/2021	3 anos (Diretoria) Sim	100.00%
Marcello Ribeiro Bastos 886.068.217-72	12/08/1966 Administrador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	01/07/2020	2 anos (Conselho de Administração);	7
		39 - Outros Conselheiros / Diretores	10/05/2021	3 anos (Diretoria) Sim	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcel Sapir - 805.225.727-15

Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), com mestrado em finanças pela PUC/Rio. Possui ampla experiência profissional no ramo, tendo exercido o cargo de conselheiro de administração da Tecnisa (desde 2020), Profarma Distribuidora de Medicamentos (desde 2018), Saraiva Livres e Editoras (2012 a 2015), Grupo Dimed (de 2010 a 2016), Ponto Frio (de 2009 a 2010) e H.Stem Joalheiros (2005 a 2008). É conselheiro de administração certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Fábio Hering- 006.283.238-75

Formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui especializações em Marketing, Finanças e Estratégia. Atua na Cia. Hering desde 1984, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Já atuou como membro do conselho de administração de várias empresas de varejo/consumo. Atualmente é membro do conselho de administração do Grupo Tigre, do conselho da ABVTEX e do IEDI.

em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Roberto Luiz Jatahy Gonçalves- 929.391.047-00

Formado em Economia pela Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro, Roberto Jatahy co-fundou a Animale com a Sra. Claudia Jatahy em 1991. Em 2010, Roberto Jatahy conduziu o processo de aquisição de participação da Animale na Farm e liderou a criação da Companhia, nomeado Diretor Presidente da Companhia desde então. É membro do comitê de marcas da Animale, Farm, Maria Filó, Cris Barros, Foxton, Fábula, A.Brand e Off Premium. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Marcello Ribeiro Bastos- 886.068.217-72

Formado em Administração pela Universidade Santa Úrsula e pós-graduado em Administração de Varejo pelo Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro, Marcello Bastos é co-fundador da Farm e da Fábula, marcas em que contribuiu significativamente no crescimento desde 1997. É diretor da Companhia desde 2010, atuando diretamente como Diretor Executivo das marcas Farm e Fábula. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Maria Laura Tarnow- 014.714.517-12

Formada em comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1992), com pós-graduação em Administração de Marketing pela FAAP (1995), participou do programa de desenvolvimento de gestão pela FGV-SP (2002) e do Executive Program in Strategy and Organization pela Stanford University (2005). Possui ampla experiência no ramo executivo. Exerceu o cargo de diretora de marketing na NIVEA Brasil entre 2005 e 2010, diretora de marketing na Flora Industria e Comercio entre 2013 e 2015, acumulando um total de 20 anos como executiva em diferentes categorias da indústria de cosméticos. É gerente geral da Estée Lauder (2015-presente). É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99. e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho - 296.300.688-85

Formado em administração de empresas pela FGV-SP (1996 1999), mestrado em Finanças e Economia pela FGV-SP (2004 2006). Possui ampla experiência no ramo como CFO Diretor executivo financeiro e de relações com investidores da Minerva S.A. (fev/2009 a jan/2018). Apontado pela revista Institutional Investor entre os 3 melhores CFOs da América Latina, no setor de Alimentos e Bebidas Buy side e Sell side – nos ranking referentes aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2019. É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Gisela Dantas Rodenburg - 056977127-74

Formada em Relações Internacionais e Economia pela Tufts University (MA, EUA) e graduada em Marketing de Moda pela Parsons School of Design. Gisela fez parte do time de planejamento estratégico da agência África antes de atuar na indústria de moda e luxo fora do Brasil na Chanel, nas multimasas Netaporter, na agência de tendências Trend Union, como associada na empresa de consultoria Robert Burke Associates e como co-fundadora da marca de calçados Fabrizio Viti. Gisela atua como consultora no setor imobiliário, de moda e beleza. É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do acionista controlador ou de administrador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia, suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum nos últimos três anos. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99. e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcel Sapir - 805.225.727-15 N/A	
Fábio Hering - 006.283.238-75 N/A	
Maria Laura Tarnow - 014.714.517-12 N/A	
Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho - 296.300.688-85 N/A	
Roberto Luiz Jatahy Gonçalves - 929.391.047-00 N/A	
Marcello Ribeiro Bastos - 886.068.217-72 N/A	
Gisela Dantas Rodenburg - 056977127-74 N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Edison Tiele de Andrade Melo e Souza Filho	Outros Comitês		Outros	01/12/1978	01/07/2020	2 anos
296.300.688-85	Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças	Economista	Membro e coordenador do Comitê (Efetivo)	01/07/2020	0	100.00%
Marcel Sapir	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/06/1964	01/07/2020	2 anos
805.225.727-15	Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças	Economista		01/07/2020	0	100.00%
Mauro Moreira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/07/1959	01/07/2020	2 anos
510.931.467-53	Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças	Administrador de empresas		01/07/2020	0	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência	
Edison Tiele de Andrade Melo e Souza Filho - 296.300.688-85	
Bacharel em administração de empresas pela FGV-SP (1996 – 1999), mestrado em Finanças e Economia pela FGV-SP (2004 – 2006). Possui ampla experiência no ramo como CFO – Diretor executivo financeiro e de relações com investidores da Minerva S.A. (fev/2009 a jan/2018). Apontado pela revista Institutional Investor entre os 3 melhores CFOs da América Latina, no setor de “Alimentos e Bebidas” – Buy side e Sell side – nos ranking referentes aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2019.	
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.	
Marcel Sapir - 805.225.727-15	
Formado em economia pela PUC_RJ, com mestrado em finanças pela PUC-RJ. Possui ampla experiência profissional no ramo, tendo exercido o cargo de Conselheiro de administração da Tecnisa (desde 2020), Profarma Distribuidora de Medicamentos (desde 2018), Saraiva Livres e Editoras (2012 a 2015), Grupo Dimed (de 2010 a 2016), Ponto Frio (de 2009 a 2010) e H.Stern Joalheiros (2005 a 2008).	
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.	
Mauro Moreira - 510.931.467-53	
Possui ampla experiência na área, tendo trabalhado na Arthur Anderson entre 1980 e 2002, onde passou de trainee a sócio (1996). É Sócio aposentado pela Ernest Young (2002 a 2020) e, atualmente, faz parte do conselho da Wilson Sons (2020).	
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.	
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho - 296.300.688-85 N/A

Marcel Sapir - 805.225.727-15 N/A

Mauro Moreira - 510.931.467-53 N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o 2º Grau Relacionadas a Administradores do Emissor, Controladas e Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Roberto Luiz Jatahy Gonçalves	929.391.047-00	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Roberto é Diretor Presidente, membro do Conselho de Administração e Acionista Controlador da Companhia				

Pessoa relacionada

Claudia Jatahy Gonçalves	902.517.177-04	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	A
A Sra. Claudia é Acionista Controlador da Companhia				

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Roberto Luiz Jatahy Gonçalves	929.391.047-00	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Roberto é Diretor Presidente, membro do Conselho de Administração e Acionista Controlador da Companhia				

Pessoa relacionada

Gisella Jatahy Gonçalves	010.546.937-81	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	
A Sra. Gisella é Acionista da Companhia				

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Claudia Jatahy Gonçalves	902.517.177-04	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
A Sra. Claudia é Acionista Controlador da Companhia				

Pessoa relacionada

Roberto Luiz Jatahy Gonçalves	929.391.047-00	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	
O Sr. Roberto é Diretor Presidente, membro do Conselho de Administração e Acionista Controlador da Companhia				

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Claudia Jatahy Gonçalves
Claudia é Acionista Controlador da Companhia

902.517.177-04 Grupo de Moda SOMA S.A.

10.285.590/0001-08 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) A Sra.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o 2º Grau Relacionadas a Administradores do Emissor, Controladas e Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Gisella Jatahy Gonçalves	010.546.937-81	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	
A Sra. Gisella é Acionista da Companhia				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Kátia Ferreira de Barros	020.473.027-90	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
A Sra. Katia é Acionista Controlador da Companhia				
Pessoa relacionada				
Nézio Nogueira de Barros	042.592.467-04	Grupo de Moda SOMA S.A.	10.285.590/0001-08	
O Sr. Nezio é Acionista da Companhia				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle entre Administradores e Controladas, Controladores e Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Anexo VII

Informações sobre a remuneração dos administradores (nos termos do Item 13 do Formulário de Referência ICVM nº 480/09)

(Art. 12, inciso II, da ICVM nº 481/09)

INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política da Remuneração de Administradores (“Política de Remuneração”), a qual foi formalmente aprovada em 1º de julho de 2020 em reunião de Conselho de Administração, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em seu website e fisicamente na sede da Companhia.

A Política de Remuneração tem por objetivo fazer com que a remuneração dos Administradores seja uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais do mercado para administração da Companhia.

Cabe à Assembleia Geral de acionistas fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado.

A estrutura de incentivos dos Diretores, estatutários ou não-estatutários, deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo vedado que uma mesma pessoa controle o processo decisório e sua respectiva fiscalização. Ninguém deve deliberar sua própria remuneração.

A Política de Remuneração para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, Membros dos Comitês, e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar sua eficiência, o objetivo da Política de Remuneração da Companhia é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar seus colaboradores.

(b) Composição da remuneração

- (i)** Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Todos os conselheiros independentes fazem jus a uma remuneração fixa mensal. Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser elegíveis ao Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definida de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia.

Os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis ao Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Os diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite à Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia. Tal remuneração é atrelada ao cumprimento de metas financeiras, aos resultados da Companhia e/ou a metas individuais do Diretor.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças

Os Membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças fazem jus a uma remuneração anual, composta por até 12 parcelas fixas mensais.

- (ii)** em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

2021	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0	0	100%
Diretoria Estatutária	40,31%	59,69%	0%	100%

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-
Diretoria Estatutária	100%	-	-	-

2019	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria Estatutária	100%	-	-	-

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Da mesma forma, a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração é determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. O valor da remuneração fixa paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e não estatutária é comparado periodicamente com o padrão de mercado por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa avaliar a sua competitividade e eventualmente analisar a necessidade de se realizar reajustes na remuneração. Já a remuneração variável não está sujeita a reajustes, mas sim ao atendimento das metas estabelecidas, conforme melhor descrito a seguir.

A remuneração do Conselho de Administração da Companhia será revisada ao menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

São considerados como critérios para o reajuste anual da remuneração fixa dos demais órgãos

da Administração: (i) meritocracia, (ii) análise da movimentação salarial apresentada pelas pesquisas de mercado realizadas anualmente por consultoria independente e especializada com empresas com filosofia de remuneração consistentes e similares, assim como concorrentes em recursos humanos.

A remuneração da Diretoria estatutária deve ser aprovada pelo Conselho de Administração por meio de um procedimento formal e transparente, visando a que a remuneração dos diretores:

- (a) valorize a meritocracia, reconhecendo o esforço e as habilidades diferenciadas das pessoas que geram resultados para a Companhia, sem, contudo, comprometer o equilíbrio interno e o senso de trabalho em equipe;
- (b) ofereça padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, de modo a reconhecer diferentes níveis de capacidade para gerar impactos nos resultados da Companhia;
- (c) considere os custos e os riscos envolvidos; e
- (d) esteja vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo.

A estrutura de incentivos dos Diretores deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo vedado que uma mesma pessoa controle o processo decisório e sua respectiva fiscalização. Ninguém deve deliberar sua própria remuneração.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, de modo a maximizar a criação de valor ao negócio da Companhia, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual dos colaboradores da Companhia, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com o

mercado.

As bonificações são calculadas com base na avaliação de critérios de desempenho. A Companhia leva em consideração o indicador de desempenho de resultados financeiros obtidos por ela durante o ano, como o EBITDA, para a determinação do montante total a ser distribuído a título de bonificação. Além da avaliação global de sua performance no período, são considerados também indicadores de desempenho individuais, tais como o alcance de metas e cumprimento de tarefas pré-determinadas para cada administrador. Ainda, as competências de cada indivíduo tornam-se um fator adicional em sua remuneração, uma vez que a Companhia procura reconhecer seus talentos e retê-los.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho da seguinte maneira: a Companhia analisa sua performance e o desempenho de sua Diretoria regularmente, de forma a acompanhar o atingimento das metas, da Companhia e individuais, calculando o aumento do salário base e o valor da bonificação de acordo com o merecimento de cada administrador.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração da Companhia se alinha com os seus interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela a Diretoria a metas financeiras, metas internas de resultados da Companhia e metas individuais, todas voltadas ao seu plano de negócios.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Até a presente data, não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando

de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos Diretores.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração variável atribuída aos Diretores é afetada pelo alcance das metas estabelecidas para o exercício, elaboradas substancialmente com base no orçamento anual da Companhia. A remuneração fixa dos Diretores foi fixada com base em pesquisa de mercado, para que a Companhia tenha uma remuneração alinhada ao mercado e à sua filosofia de remuneração.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração paga por ela condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	7	4	22
Nº de membros remunerados	9	7	3	19
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.520.000,00	6.300.000,00	0	8.820.000,00
Benefícios direto e indireto	0	1.706.080,00	0	1.706.080,00
Participações em comitês	1.152.000,00	0	216.000,00	1.368.000,00
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	11.280.000,00		11.280.000,00
Participação de resultados	0	0		
Participação em reuniões	0	0		
Comissões	0	0		

Outros	0	0		
Descrição de outras remunerações variáveis	0			
Pós-emprego	0	0		
Cessação do cargo	0	0		
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	3.672.000,00	19.286.080,00	216.000,00	23.174.080,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,58	5,83	1,58	17,99
Nº de membros remunerados	7,75	5,83	1,58	15,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.461.000,00	3.686.440,04	92.980,74	5.240.420,78
Benefícios direto e indireto	129.250,00	249.536,68	8.209,26	386.995,94
Participações em comitês	892.825,44	0		892.825,44
Outros	0			
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	5.828.998,54		5.828.998,54
Participação de resultados	0	0		
Participação em reuniões	0	0		
Comissões	0	0		
Outros	0	0		
Descrição de outras remunerações variáveis	0			
Pós-emprego	0	0		
Cessação do cargo	0	0		
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	2.483.075,44	9.764.975,26	101.190,00	12.349.240,70

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3	0	10
Nº de membros remunerados	5	3	0	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	629.675,00	1.674.332,00		2.304.007,00
Benefícios direto e indireto	0	0		
Participações em comitês	320.000,00	0		320.000,00
Outros				

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	0		
Participação de resultados	0	0		
Participação em reuniões	0	0		
Comissões	0	0		
Outros	0	0		
Descrição de outras remunerações variáveis	0			
Pós-emprego	0	0		
Cessação do cargo	0	0		
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	949.675,00	1.674.332,00		2.624.007,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31/12/2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	7	0	15
Nº de membros remunerados	5	7	0	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.820.000,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.280.000,00	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	5.640.000,00	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	8	0	15

Nº de membros remunerados	5	8	0	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.979.222,00	-	-1.979.222,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.937.696,00	-	-5.937.696,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.898.464,00	-	-3.898.464,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3	0	10
Nº de membros remunerados	5	3	0	8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	4	0	8
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
--	---	---	---	---

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Em 03 de fevereiro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram a criação do Plano de Incentivo Baseado em Ações, que tem por objetivo conferir aos seus beneficiários a oportunidade de adquirir ações de emissão da Companhia com vistas a: gerar um maior alinhamento de interesses destes beneficiários com os acionistas da Companhia na busca de um crescimento sustentável dos negócios da Companhia; buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia; reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os beneficiários, buscando um comprometimento de longo prazo desses com os objetivos da Companhia; e compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

O Plano é formado por dois modelos de incentivos baseados em ações de emissão da Companhia, o Modelo de Opções de Compra de Ações e o Modelo de Outorga de Ações Restritas, e estabelece os termos e condições para a outorga, pela Companhia.

Os Programas de Opção de Compra de Ações e/ou Programas de Outorga das Ações Restritas serão criados pelo Conselho de Administração da Companhia. A adesão dos beneficiários aos Planos dependerá da celebração de um contrato entre o beneficiário e a Companhia contendo as regras, termos e condições aplicáveis, que deverão ser cumpridas pelo beneficiário para fazer jus aos benefícios do Plano e do respectivo Programa de Opções e/ou Programa de Ações Restritas.

Em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de Opção de Compra de Ações, nos termos e condições constantes do Anexo I a esta ata, o qual foi autenticado pela Mesa e ficará arquivado na sede da Companhia. Foi consignado que o 1º Programa de Opção de Compra de Ações estará limitado a um total de até 5.236.439 ações ordinárias, correspondentes a 0,67% do capital social da Companhia naquela data. Neste 1º Programa, as Opções serão conferidas ao beneficiário em 3 (três) lotes anuais, que poderão

ser exercidos ao final de cada período de 12 (doze) meses, a partir do 1º (primeiro) aniversário do respectivo Contrato, de acordo com o cronograma definido em contrato e desde que o beneficiário continue vinculado à Companhia.

Seguem abaixo as características do Plano:

(a) Termos e condições gerais

Data de Aprovação: Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 03 de fevereiro de 2022.

Classe de ações a serem exercidas: Ordinárias.

Beneficiários: Serão as pessoas referidas no artigo 168, §3º, da Lei das S.A., consideradas pelo Conselho de Administração como estratégicas para viabilizar o desenvolvimento da Companhia.

Limite Quantitativo: o limite máximo de ações que poderão ser adquiridas e/ou concedidas é de 5% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano (“Limite Global de Outorga”).

Períodos de Carência (*vesting*):

Modelo de Opções de Compra de Ações: Caberá ao Conselho de Administração, em cada Programa de Opções, estabelecer os prazos para aquisição do direito de exercer as Opções, incluindo eventual definição, se for o caso, de (i) prazo de carência para aquisição do direito de exercício das Opções; e (ii) os prazos e as condições para exercício das Opções outorgadas, incluindo eventual prazo limite para o exercício total ou parcial das opções.

Modelo de Outorga de Ações Restritas: A transferência pela Companhia ao beneficiário das Ações Restritas será realizada da seguinte forma: (i) 25% do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 1º e do 2º aniversários do Contrato de Outorga de Ações Restritas, respectivamente; e (ii) 50% do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 3º aniversário do Contrato de Outorga de Ações Restritas.

Prazo de Vigência do Plano: O Plano terá vigência até atingimento do Limite Global de Outorga, permanecendo válidas e em vigor todas as suas regras em relação aos beneficiários que tenham celebrado Contratos de Outorga.

(b) Principais objetivos do Plano

O Plano tem por objetivo: (i) gerar um alinhamento de interesses dos beneficiários com os acionistas da Companhia na busca de um crescimento sustentável dos negócios da Companhia; (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia; (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os beneficiários, buscando um comprometimento de longo prazo desses com os objetivos da Companhia; e (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano foi desenhado de forma a estabelecer um alinhamento de longo prazo entre Companhia, o beneficiário e os acionistas, estimulando a estratégia da Companhia. A administração julgou necessário ajustar os incentivos de longo prazo, objetivando que a Companhia tenha remuneração de longo prazo que atraia e retenha os melhores talentos, inclusive da liderança, para implementar as suas estratégias.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano é um dos componentes do pacote de remuneração da Companhia, correspondendo à parcela de remuneração variável de longo prazo, alinhada às práticas de mercado de oferecer pacotes atrativos, permite atrair, reter e motivar o comprometimento dos participantes do Plano à geração de resultados sustentáveis da Companhia, alinhando interesses a longo prazo.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano é estruturado de forma a permitir o alinhamento de interesses dos beneficiários em diferentes horizontes de tempo.

Além disso, o Plano prevê ao Conselho de Administração a possibilidade de estabelecer períodos mínimos de indisponibilidade durante o qual o beneficiário não poderá alienar as ações por ele recebidas.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser transferidas aos beneficiários, no contexto do Plano, considerando, em conjunto, a outorga das Opções dentro do Modelo de Opções de Compra de Ações e a outorga de Ações Restritas dentro do Modelo de Ações Restritas, até, no máximo, 39.237.369 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias, que representam até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Poderão ser outorgadas aos beneficiários, no contexto do Plano, até, no máximo, 39.237.369 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentas e sessenta e nove) Opções, cada uma dando direito à subscrição de uma ação de emissão da Companhia.

(h) Condições de aquisição de ações

As opções de ações dos Planos somente poderão ser exercidas de acordo com os termos e condições descritos no item “a” acima.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções é equivalente à média por volume das cotações de fechamento das ações de emissão da Companhia dos últimos 60 (sessenta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (a ser determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa de Opções), anteriores à data da outorga da Opção (“Média dos Pregões”).

A concessão das Ações Restritas será realizada a título gratuito aos beneficiários, observados os termos do Plano e nos respectivos Programas, e as regras contidas em cada Contrato.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

No que tange ao Modelo de Opções de Compra de Ações, caberá ao Conselho de Administração, em cada Programa, estabelecer os prazos para aquisição do direito de exercer as Opções, incluindo eventual definição, se for o caso, de (i) prazo de carência para aquisição do direito de exercício das Opções; e (ii) os prazos e as condições para exercício das Opções outorgadas, incluindo eventual prazo limite para o exercício total ou parcial das opções.

Em relação ao Modelo de Outorga de Ações Restritas, a transferência pela Companhia ao beneficiário das Ações Restritas será realizada da seguinte forma: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 1º e do 2º aniversários do Contrato de Outorga de Ações Restritas, respectivamente; e (ii) 50% (cinquenta por cento) do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 3º aniversário do Contrato de Outorga de Ações Restritas. Além disso, a efetiva transferência das Ações Restritas para o beneficiário ficará condicionada ao cumprimento das demais condições e prazo previstos no Plano, nos Programas de Ações Restritas e nos Contratos de Outorga de Ações Restritas.

(k) Forma de liquidação

Os preços de exercício das Opções serão pagos pelos beneficiários na forma e prazos determinados pelo Conselho de Administração e fixados em cada Programa.

(l) Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer períodos mínimos de indisponibilidade durante o qual o beneficiário não poderá ceder, alienar ou, de qualquer forma, transferir as Ações.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Limite Global de Outorga

O Limite Global de Outorga poderá ser ajustado, sem a prévia aprovação da assembleia geral, se o número de ações de emissão da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos das ações de emissão da Companhia.

Observadas as limitações estabelecidas no Plano em relação à alteração do Limite Global de Outorga, o Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo: (i) alterar e extinguir Programas ou o Plano em si; (ii) aprovar Programas; e (iii) regular os casos omissos. Em qualquer caso, eventuais alterações ou extinção de Programas ou do Plano em si não poderão afetar os termos e condições dos Contratos de Outorga que já tiverem sido celebrados com os beneficiários, sem a anuência destes e o Conselho de Administração não poderá aumentar o Limite Global de Outorga.

Reorganização Societária

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outro tipo de reorganização societária da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as Opções e/ou Ações Restritas dos Programas em vigor, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo beneficiário anteriormente à extinção da Companhia. Após o referido prazo, o Plano terminará e todas as Opções não exercidas e/ou Ações Restritas ainda não transferidas para o beneficiário caducarão para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus diretores previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do participante dos Planos por demissão, destituição ou rescisão, com ou sem justa causa, aposentadoria ou falecimento ou incapacidade permanente,

os direitos a ele conferidos de acordo com os Planos poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir:

Destituição motivada do cargo ou Desligamento Motivado. Na hipótese, conforme aplicável, de destituição do cargo ou desligamento do beneficiário, por qualquer das hipóteses previstas no respectivo Contrato de Outorga, o beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia ou qualquer outra formalidade, a totalidade das Opções a ele outorgadas que ainda não tenham sido exercidas e/ou a totalidade das Ações Restritas a ele outorgadas que ainda não tenham sido transferidas, independentemente de terem sido cumpridas ou não as condições de exercício ou recebimento.

Aposentadoria. Na hipótese de aposentadoria do beneficiário, o beneficiário permanecerá titular (i) das Opções a ele outorgadas, independentemente do cumprimento das condições de exercício; (ii) das Ações Restritas a ele outorgadas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos no Plano.

Destituição Imotivada do Cargo ou Desligamento Imotivado, ou por Mútuo Acordo. Nas hipóteses de destituição do cargo ou desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas, o beneficiário (i) perderá a totalidade das Opções e/ou das Ações Restritas outorgadas pela Companhia cujas condições para exercício ou recebimento ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas de pleno direito; (ii) permanecerá titular (a) das Opções cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos; e (b) das Ações Restritas a ele outorgadas cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos neste Plano.

Renúncia ao cargo ou Desligamento Voluntário. Nas hipóteses de renúncia ao cargo ou desligamento do beneficiário por iniciativa própria, a pedido do próprio beneficiário, conforme aplicável, o beneficiário, (i) perderá a totalidade das Opções e/ou das Ações Restritas outorgadas pela Companhia cujas condições para exercício ou recebimento ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas de pleno direito, e (ii) permanecerá titular das Opções a ele outorgadas cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas pelo beneficiário no prazo de até 30 (dias) contados da renúncia ou desligamento, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos.

Falecimento e Incapacidade Permanente. Nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente do beneficiário, o beneficiário (i) permanecerá – por meio dos seus sucessores ou seus representante(s) legal(ais), conforme o caso – titular (a) das Opções cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos; (b) das Ações Restritas a ele outorgadas cujas

condições de exercício já tenham sido cumpridas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos neste Plano; e (ii) terá antecipado, o direito de (a) exercer as demais Opções da Companhia a ele outorgadas, as quais poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga como se as condições para exercício tivessem sido cumpridas; (b) receber as demais Ações Restritas a ele outorgadas. Transcorrido o prazo de exercício sem que as Opções tenham sido exercidas pelos sucessores ou representante(s) legal(ais) do beneficiário as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário ou a seus sucessores no âmbito do Plano.

O Conselho de Administração, mediante proposta do Diretor Presidente, poderá, a seu exclusivo critério, flexibilizar as regras acima mencionadas.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração baseada em ações – previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	3
Nº de membros remunerados	0	0
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	3
Nº de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$ 45,73
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	R\$ 64,60
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4	4
Nº de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,68%

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2021	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Opções ainda não exercíveis	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções exercíveis	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2020	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2019	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	4	5
Nº de membros remunerados	1	0
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	89.942 ações	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	Dez/2027	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	8 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	4º e 8º ano	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 45,73	N/A
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2021	Diretoria	Conselho de Administração
Nº de membros	5	N/A

Nº de membros remunerados	1	N/A
Opções exercidas		N/A
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		N/A
Número de ações entregues	-	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	R\$-	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$-	N/A

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2020	Diretoria	Conselho de Administração
Nº de membros	5	N/A
Nº de membros remunerados	1	N/A
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	89.942	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	R\$45,73	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$18,87	N/A

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2019	Diretoria	Conselho de Administração
Nº de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Opções exercidas		

Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

(a) Modelo de precificação:

O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga, no âmbito do Plano de Opção 2022 foi o método Black & Scholes.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Foram utilizadas as seguintes premissas para obter o valor justo das opções outorgadas em 2022:

- Preço de exercício: Média dos últimos 60 pregões da data de outorga
- Volatilidade esperada: 45%
- Rendimento de dividendo esperado: 0,4%

	Na data de outorga	1º ano da data de outorga	2º ano da data de outorga	3º ano da data de outorga	4º ano da data de outorga
Preço atual (esperado) das ações	12,71	14,62	16,81	19,33	22,23
Preço de exercício	12,71	12,71	12,71	12,71	12,71

Volatilidade esperada	45%	45%	45%	45%	45%
Rendimento esperado do dividendo	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%
Valor justo da opção	10,05	10,05	10,05	10,05	10,05

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

O programa de outorga de opções não permite o exercício antecipado da opção.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada:

Volatilidade Histórica

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Foi utilizada a premissa de crescimento das ações de 15% ao ano a partir da data de outorga.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	(%) Capital Social
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	3.835.042	0,49%
Diretoria	Ações Ordinárias	107.119.620	13,7%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	N/A	N/A

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não patrocina plano de previdência em

benefício de seus administradores.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	5,83	3	4	10,58	7	4	1,58	0	0
Nº de membros remunerados	5,83	3	4	7,75	5	0	1,58	0	0
Valor da maior remuneração	3.034.543,52	1.277.973,76	47.932,00	614.000,00	336.000,00	0	42.169,70	0	0
Valor da menor remuneração	2.680.106,96	477.653,89	24.000,00	325.000,00	300.000,00	0	0	0	0
Valor médio da remuneração	1.673.995,76	859.207,41	35.977,00	320.396,83	307.200,00	0	63.909,47	0	0

Observações

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP 01/2021. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o

	total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
--	---

Conselho de Administração	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP 01/2021. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho Fiscal	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP 01/2021. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. No caso do conselho fiscal, não tivemos membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício para cálculo da remuneração mínima.
31/12/2020	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado.
31/12/2019	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social encerrado em 31/12/2021	0%	100%	-
Exercício social encerrado em 31/12/2020	0%	100%	-
Exercício social encerrado em 31/12/2019	100%	100%	-

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 – remuneração recebida em função

do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

ILP dos anos de 2017, 2018 e 2019

Em 19 de junho de 2017, 9 de janeiro de 2018 e 27 de junho de 2019, os acionistas da

Companhia aprovaram, respectivamente, a criação do Plano de Outorga de Ações, Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações e Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou a antecipação do período de carência para emissão de todas as Ações Restritas adicionais, e a Companhia aumentou o capital social e reserva de capital, pelo valor das ações entregues aos executivos detentores das opções de compra. Dessa forma, todas as despesas relacionadas aos planos foram aceleradas e reconhecidas no período de três meses findo em 31 de março de 2020, no valor de R\$ 35.855 mil, dos quais R\$ 5.810 mil estão atrelados aos administradores da Companhia, sendo certo que não houve impacto no caixa da Companhia no ano de 2020.

As despesas reconhecidas com remuneração baseada em ações relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 não foram pagas para administradores estatutários da Companhia e, por isso, não foram refletidos valores pagos a título de remuneração baseada em ações no item 13.2 deste Formulário.

Combinação de Negócios com a Cia Hering – efeitos em relação a plano de opção de compra de ações

Em 26 de abril de 2021, a Companhia e a Cia Hering celebraram um Acordo de Associação e Outras Avenças, alterado por meio do Aditivo ao Acordo de Associação e Outras Avenças, de 02 de julho de 2021, o qual também foi celebrado pela Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas Ltda. (“Cidade Maravilhosa” e “Acordo”, respectivamente), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação de uma combinação dos negócios entre a Companhia e a Hering (“Combinação de Negócios”), pela qual os acionistas de Cia. Hering passaram a ser acionistas da Companhia.

As 2.442.864 opções que existiam em aberto em Cia Hering, no âmbito de planos de opção de compra de ações (stock options) e as 566.271 ações restritas, todas em circulação, foram antecipadas e outorgadas aos beneficiários no ano de 2021, não restando nenhuma obrigação sob nenhum dos planos, os quais serão integralmente cancelados até o fechamento da Operação.

Para maiores informações sobre a Operação, vide seções 4.1, 7.9, 10.9 e 15.8 deste Formulário de Referência.